

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente**

**Sayonara Chagas da Silva Arrais**

**PRÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE ALIADAS AOS IMPACTOS SÓCIO  
ECONÔMICOS PARA ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE  
FORMAÇÃO COM AGRICULTORES FAMILIARES**

**Diamantina**

**2019**



**Sayonara Chagas da Silva Arrais**

**PRÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE ALIADAS AOS IMPACTOS SÓCIO  
ECONÔMICOS PARA ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE  
FORMAÇÃO COM AGRICULTORES FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Bernat Viñola Prat  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosana Passos Cambraia

**Diamantina**

**2019**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A773p

Arrais, Sayonara Chagas da Silva

Práticas de promoção à saúde aliadas aos impactos sócio econômicos para estabelecimento de uma política de formação com agricultores familiares / Sayonara Chagas da Silva Arrais, 2019.

119 p. : il.

Orientador: Bernat Viñola Prat

Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Promoção da saúde. I. Prat, Bernat Viñola. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 307.72**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária Nádia Santos Barbosa – CRB6/3468

SAYONARA CHAGAS DA SILVA ARRAIS

**Práticas de promoção à saúde aliadas aos impactos sócio  
econômicos para estabelecimento de uma política de formação com  
produtores rurais.**

Dissertação apresentada ao  
MESTRADO EM SAÚDE,  
SOCIEDADE E AMBIENTE, nível de  
MESTRADO como parte dos requisitos  
para obtenção do título de MESTRA  
EM SAÚDE, SOCIEDADE E  
AMBIENTE

Orientador (a): Prof. Dr. Bernat Vinolas  
Prat

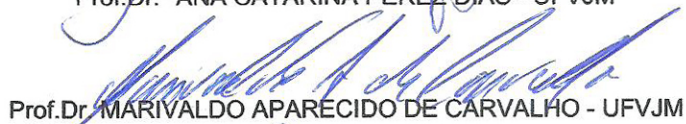
Data da aprovação : 05/08/2019



Prof.Dr. BERNAT VINOLAS PRAT - UFVJM



Prof.Dr.<sup>a</sup> ANA CATARINA PEREZ DIAS - UFVJM



Prof.Dr. MARIVALDO APARECIDO DE CARVALHO - UFVJM



Prof.Dr.<sup>a</sup> MARIA NEUDES SOUSA DE OLIVEIRA - UFVJM

DIAMANTINA



Aos meus pais pela compreensão e confiança.  
Ao meu esposo pelo incentivo e companheirismo.





## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por sempre estar comigo em todos momentos.

Aos meus pais, Francisco Soares e Celeste Maria, que são os responsáveis por me ensinar todos os valores que norteiam minha conduta e por nunca medirem esforços para me proporcionar uma educação de excelência. Obrigada pela confiança e compreensão em todas as minhas decisões. Obrigada pelo amor incondicional.

Ao meu esposo, Marcos Arrais, por ser meu maior incentivador e por acreditar no meu potencial. Obrigada pela companhia nas noites e finais de semanas de muito estudo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Bernat Viñolas Prat, por ter confiado no meu projeto desde o início e por ter se tornado um amigo. Obrigada por todo conhecimento compartilhado.

A todos os professores do PPG Saúde, Sociedade e Ambiente, pelos ensinamentos, em especial a Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rosana Passos Cambraia, minha co-orientadora, que sempre atendeu prontamente as minhas solicitações.

Ao Prof. Dr. Ezequiel Redin, pelas contribuições ao trabalho visando o aprimoramento.

Aos meus colegas de turma, por todos os momentos vividos juntos e pelas trocas de experiência, em especial ao Luiz Henrique, por estar sempre disponível e me ajudando.

Aos meus amigos Alfredo Roberto e Prof. Dr. Rodrigo Galo, pela amizade verdadeira, pelo cuidado que sempre tiveram comigo e por toda ajuda na importante fase de aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética.

A todos os agricultores familiares que aceitaram participar das entrevistas e contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Banco do Nordeste do Brasil, em especial a agência de Diamantina, pelo brilhante trabalho de desenvolvimento que realiza no Vale do Jequitinhonha. Obrigada aos gerentes gerais Fábio Savino e Victor Merchid, que em períodos diferentes souberam compreender minhas alternâncias de horários e sempre me apoiaram nessa caminhada. Ao assessor de microcrédito Amarildo, por todo apoio e atenção.

A PRPPG/UFVJM, CAPES e FAPEMIG por todo o apoio durante esse processo.

A todos que contribuíram diretamente e indiretamente para a realização deste trabalho.

“Eu sou de uma terra que o povo padece  
Mas não esmorece, procura vencer”

Patativa do Assaré.



## RESUMO

A desigualdade social acarreta inúmeros prejuízos econômicos e éticos para a sociedade em que essa adversidade acontece. Algumas são as tentativas do governo que objetivam reduzir a diferença social entre as classes por meio da execução de políticas públicas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é um exemplo de política que visa o combate à pobreza; objetiva interferir na matriz da distribuição de renda, por meio da ampliação do acesso ao crédito formal para populações que até então não tinham acesso. O Banco do Nordeste do Brasil é um agente fundamental nesse processo, pois é uma das instituições responsáveis pela aplicação desse recurso. Dessa forma, a pesquisa visa contribuir com a apresentação de itens que possam ajudar o produtor familiar a ter sucesso em seu negócio agrícola. Nesse sentido, o trabalho objetiva conhecer o perfil das famílias agricultoras que utilizam o crédito, buscando identificar os pontos que precisam ser melhorados e assim criar uma estratégia de intervenção para capacitação dessas famílias visando a maximização dos seus resultados alinhados com práticas de promoção à saúde, fazendo a associação entre qualidade de vida e os impactos sócio econômicos. Foi realizada uma revisão de literatura buscando a caracterização da população agrícola brasileira com uso dos dados divulgados pelo Censo Agropecuário em 2006 e 2017, como também foi realizada uma pesquisa para identificação, na literatura, sobre itens que contribuem para a eficiência do negócio rural. Para a coleta de dados foi realizada a aplicação de questionário estruturado com agricultores familiares que residem no Vale do Jequitinhonha e utilizam o recurso dessa política pública. Os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas e foram realizados testes estatísticos para análise. Os resultados obtidos apontam para uma semelhança entre a amostra selecionada com o perfil traçado dos produtores rurais a partir dos dados do Censo Agropecuário. Os produtores não possuem um planejamento estruturado do negócio; não há uma relação entre o tamanho da terra cultivada e o tipo de atividade desenvolvida; o acesso a serviços básicos de saúde é precário; o relacionamento dos agricultores com o programa Agroamigo apresentou-se satisfatório e há uma forte tendência relacionando os agricultores que realizarem a renovação do financiamento com a continuidade de um projeto.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. Promoção da Saúde.



## ABSTRACT

Social inequality causes numerous economic and ethical damages to the society in which this adversity occurs. Some are the government's attempts to reduce the social difference between the classes through the implementation of public policies. The National Program for Strengthening Family Farming is an example of a policy aimed at fighting poverty; the objective is to interfere in the matrix of income distribution by expanding access to formal credit for populations that had not previously had access. Banco do Nordeste do Brazil is a key player in this process, as it is one of the institutions responsible for the application of this resource. Thus, the research aims to contribute to the presentation of items that can help the family producer to succeed in their agricultural business. In this sense, the objective of this work is to know the profile of the families that use credit, seeking to identify the points that need to be improved and thus to create an intervention strategy to empower these families to maximize their results in line with health promotion practices, making the association between quality of life and socioeconomic impacts. A literature review was performed to characterize the Brazilian agricultural population using the data released by the Agricultural Census in 2006 and 2017, as well as a search to identify in the literature about items that contribute to the efficiency of rural business. For data collection, a structured questionnaire was applied to family farmers who live in Jequitinhonha Valley and use the resource of this public policy. Data were tabulated in spreadsheets and statistical tests were performed for analysis. The obtained results point to a similarity between the selected sample and the profile drawn of the rural producers from the data of the Agricultural Census. Producers do not have structured business planning; there is no relationship between the size of cultivated land and the type of activity developed; access to basic health services is poor; the farmers' relationship with the Agroamigo program was satisfactory and there is a strong tendency to link farmers who renew their financing with the continuity of a project.

**Keywords:** Family farming. Rural Development. Health Promotion.





## RESUMEN

La desigualdad social causa numerosos daños económicos y éticos a la sociedad en la que se produce esta adversidad. Algunos son los intentos del gobierno de reducir la diferencia social entre las clases a través de la implementación de políticas públicas. El Programa Nacional para Fortalecer la Agricultura Familiar es un ejemplo de una política dirigida a combatir la pobreza; El objetivo es interferir en la matriz de distribución del ingreso ampliando el acceso al crédito formal para las poblaciones que no habían tenido acceso anteriormente. El Banco do Nordeste do Brasil es un jugador clave en este proceso, ya que es una de las instituciones responsables de la aplicación de este recurso. Por lo tanto, la investigación tiene como objetivo contribuir a la presentación de artículos que pueden ayudar al productor familiar a tener éxito en su negocio agrícola. En este sentido, el objetivo de este trabajo es conocer el perfil de las familias que usan el crédito, buscando identificar los puntos que necesitan ser mejorados y así crear una estrategia de intervención para empoderar a estas familias para maximizar sus resultados en línea con las prácticas de promoción de la salud, haciendo la asociación entre calidad de vida e impactos socioeconómicos. Se realizó una revisión de la literatura para caracterizar a la población agrícola brasileña utilizando los datos publicados por el Censo Agrícola en 2006 y 2017, así como una búsqueda para identificar en la literatura artículos que contribuyan a la eficiencia de los negocios rurales. Para la recopilación de datos, se aplicó un cuestionario estructurado a los agricultores familiares que viven en el valle de Jequitinhonha y utilizan los recursos de esta política pública. Los datos se tabularon en hojas de cálculo y se realizaron pruebas estadísticas para el análisis. Los resultados obtenidos apuntan a una similitud entre la muestra seleccionada y el perfil dibujado de los productores rurales a partir de los datos del Censo Agrícola. Los productores no tienen una planificación comercial estructurada; no existe relación entre el tamaño de la tierra cultivada y el tipo de actividad desarrollada; el acceso a los servicios básicos de salud es deficiente; La relación de los agricultores con el programa Agroamigo fue satisfactoria y existe una fuerte tendencia a vincular a los agricultores que renuevan su financiamiento con la continuidad de un proyecto.

**Palabras clave:** Agricultura familiar. Desarrollo rural Productor rural. Promoción de la salud.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Comparativo entre a condição legal do produtor rural brasileiro em relação à terra utilizada, de acordo com dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. ....	37
Quadro 2 – Sexo do agricultor familiar que dirige o estabelecimento, de acordo com os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. ....	39
Quadro 3 – Pessoa que dirige o estabelecimento por sexo e nível de instrução, de acordo com os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. ....	40
Figura 1: Motivo da não obtenção de financiamento pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, Brasil, 2006. ....	42
Figura 2 – Dez qualidades da agricultura familiar, segundo Ploeg (2014) .....	61
Gráfico 1: Finalidade da obtenção de empréstimo pelos agricultores rurais, conforme os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.....	42
Gráfico 2: Agente financeiro responsável pela concessão de empréstimo rural segundo o Censo Agropecuário de 2017. ....	43
Gráfico 3: Percentual de estabelecimentos rurais distribuídos nas regiões do país, conforme os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.....	44
Gráfico 4: Percentual de hectare por região referente aos estabelecimentos rurais, conforme os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.....	45
Gráfico 5 – Correlação entre o tamanho da terra e a diversificação da atividade .....	77



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos agricultores familiares entrevistados.....	75
Tabela 2 – Prestação de serviços públicos de acordo com os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha entrevistados.....	78
Tabela 3 – Qualidade e disponibilidade da água de acordo com os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha entrevistados. ....	80
Tabela 4 – Serviços de atendimento médico, odontológico, de educação e transporte de acordo com os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha entrevistados.....	81



## LISTA DE SIGLAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ATER – Assistência Técnica Pública de Extensão Rural

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DAP – Documento de Aptidão ao Pronaf

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado de Minas Gerais

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MG – Minas Gerais

PAA – Programa Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGSaSA – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ONG – Organização Não Governamental

SINTEGRA – Semana de Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCM – Trabalho de Conclusão de Mestrado

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS BRASILEIROS DOS ANOS DE 2006 E 2017 PARA IDENTIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA E DOS ESTABELECIMENTOS.....</b>	<b>33</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>36</b>
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL.....</b>	<b>37</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO GERENCIAMENTO DE UNIDADES PRODUTORAS FAMILIARES E ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA POTENCIALIZAÇÃO DA RENDA DO CAMPO. ....</b>	<b>49</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>50</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>52</b>
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>53</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO 3 – PERCEPÇÃO SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE ALIADA AOS IMPACTOS SÓCIO ECONÔMICOS POR AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO JEQUITINHONHA.....</b>	<b>68</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>71</b>
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>74</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>101</b>



## INTRODUÇÃO

A atividade do setor agrícola é uma das mais importantes para a economia brasileira; além de ter participação no Produto Interno Bruto (PIB), ela é responsável por um volume considerável de exportações, em conjunto com a pecuária. Dessa forma, a produção agrícola brasileira configura-se como parcela fundamental para os valores da balança comercial do país.

Em relação à participação setorial no PIB, a agropecuária apresenta-se com 5,3% e com taxa acumulada nos últimos quatro trimestres imediatamente anteriores registrando crescimento de 0,9%, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Ao longo da história, as regiões rurais brasileiras foram palco de profundas transformações. Na agricultura, contemplando desde a economia canavieira até as safras de café. Essas mudanças perduram até os dias atuais, dando sequência às modernizações iniciadas a partir do século XX. Embora as produções em larga escala, materializadas através das monoculturas, sejam de grande importância para a economia do país, grandes também são as contribuições oferecidas pela agricultura familiar.

De acordo com a Constituição brasileira, na forma da Lei nº 11.326/2006, agricultor familiar é aquele que desenvolve atividade econômica no meio rural atendendo a alguns requisitos, entre eles, não possuir propriedade maior que quatro módulos fiscais. A atividade da agricultura familiar possui diversas peculiaridades, entre elas a dinâmica de organização da propriedade. Nesses estabelecimentos são desenvolvidos trabalhos que se apoiam na pequena escala de produção, com diversificação de produtos e as atividades são realizadas através da força de trabalho da própria família.

A agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos do país, com destaque para a mandioca e o feijão. A terra é administrada pela própria família que utiliza a mão de obra para o plantio, manutenção e colheita da lavoura. Além da agricultura de subsistência, a atividade do campo é a principal fonte geradora de renda para o grupo familiar.

Com a realização do Censo Agropecuário Brasileiro em 2006, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficou enfatizada a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos do país. Segundo dados do IBGE (2006), 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país são da agricultura familiar. No entanto, existe ainda uma grande concentração fundiária acarretando em uma distribuição desigual de terras, criando abismos entre minifúndio e latifúndio.

Mesmo diante da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, ainda existe uma carência de políticas públicas voltadas para investimentos nesse setor. Diante desse cenário, a pesquisa objetiva criar uma relação entre a promoção da saúde e a maximização de resultado econômico de projetos desenvolvidos por agricultores familiares, a fim de propor a continuidade do negócio rural, buscando contribuir também para a melhoria da qualidade de vida da família agricultora.

A região delimitada para o estudo situa-se no nordeste de Minas Gerais, conhecida como Vale do Jequitinhonha. Trata-se de uma região com uma rica cultura, belezas naturais e detentora de sistemas agrícolas tradicionais que estão sendo estudados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e que poderão servir de modelo para o mundo, porém que carrega o enorme contraste de ser considerada uma das regiões mais pobres do Brasil. Pobreza econômica causada pela falta de emprego e pela seca. No entanto, ainda que diante das dificuldades, a agricultura familiar destaca-se como uma alternativa sustentável para diversos produtores rurais da região (RIBEIRO et al., 2014).

De acordo com dados do IBGE (2006), Minas Gerais é o segundo maior Estado do país em concentração de núcleos de agricultura familiar. Nesse contexto, as regiões do Alto, Baixo e Médio Jequitinhonha correspondem a 9% da produção do Estado (IBGE, 2006). Essa produção significa a principal base econômica das famílias que residem na região.

O público alvo desta pesquisa são agricultores familiares que residem no Vale do Jequitinhonha e que estão enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do tipo B. Trata-se de pessoas físicas que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 23 mil nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF, a DAP (BNDES, 2019). O interesse do Pronaf torna-se diferente das demais organizações de microcrédito uma vez que o programa pretende não apenas que as famílias se beneficiem com uma distribuição de renda, mas sim busca intervir sobre a organização produtiva dessas famílias dando um suporte para alavancarem seus negócios e promoverem um uso eficiente dos recursos.

Segundo Magalhães e Abramovay (2006) o grande aumento na quantidade de crédito do Pronaf B pode ser apoiado em algumas circunstâncias decisivas e entre elas está o papel fundamental do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que busca sensibilizar os atores locais para a importância da atribuição de crédito à população de baixa renda. Ao longo desses anos de execução do programa, os recursos disponíveis foram não só ampliados pelo Governo Federal como também foram criadas estruturas administrativas mais eficientes para conseguir chegar nas regiões destinatárias.

Nesse contexto, o BNB atuou não apenas como uma organização financeira, mas sim como um posto de desenvolvimento voltado tanto para a difusão desses empréstimos, como também promovendo uma sinergia com os movimentos sociais. (Magalhães e Abramovay, 2006). Desta forma, a delimitação da área para realização da pesquisa ficou estabelecida pelas cidades de jurisdição da agência do BNB na cidade de Diamantina, compreendendo um total de nove cidades pertencentes ao Vale do Jequitinhonha.

A presente investigação está alicerçada na Agenda de Prioridades de Pesquisa em Saúde do Ministério da Saúde (2015). O trabalho contempla as seguintes agendas de pesquisa: 20- Comunicação e Informação em Saúde e 23-Saúde, Ambiente, Trabalho e Biossegurança. Na primeira agenda apresenta-se na sub agenda 20.4, que trata sobre informação para o controle social, no subitem 20.4.1, que dispõe acerca de estudos sobre o acesso e nível de conhecimento das populações sobre os agravos em saúde. Na segunda agenda apresenta-se na sub agenda 23.1, que trata dos impactos das transformações ambientais sobre a saúde, no subitem 23.1.2, que trata sobre a substituição de processos produtivos rurais e urbanos, por modelos de produção mais limpos e menos perigosos na agricultura (BRASIL, 2015).

Diante do exposto, observa-se que este Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) relaciona-se diretamente ao Programa de Pós Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente (PPGSaSA) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O estudo pertence à linha de pesquisa “Tecnologia e Vigilância em Saúde”. O PPGSaSA é um programa da grande área multidisciplinar, com área interdisciplinar e subáreas Saúde e Biológicas.

Quando se fala em interdisciplinaridade deve-se mencionar sobre o olhar de qual autor, uma vez que cada um carrega seu próprio conceito, ou seja, há pluralidade referente ao conceito, não existindo um único universal. Entre diversas definições, Interdisciplinaridade pode ser compreendida como o adjetivo que qualifica o que é comum a duas ou mais disciplinas, o processo de ligação entre elas.

De acordo com o trabalho de Feistel e Maestrelli (2009), a primeira produção sobre interdisciplinaridade, no Brasil, é de Hilton Japiassu, que alertava para a necessidade de uma postura mais crítica do cientista, passando a ser um sujeito que pensa na sua produção como uma totalidade e não apenas um fragmento de um processo unilateral. Essa definição se adequa à pesquisa que foi desenvolvida, uma vez que o estudo se propôs a investigar a totalidade do processo, desde encará-lo como um negócio que objetiva o lucro, como também a preocupação com a saúde e qualidade de vida dos envolvidos.

Fazenda (2008) trabalha o conceito de interdisciplinaridade no campo pedagógico e em sua obra afirma que essa área carece de competências concernentes às ações de intervenções e às condições propícias para o desempenho de um melhor trabalho. Japiassu (1976) trabalhou com o conceito no que é denominado como campo epistemológico e o autor afirma que a interdisciplinaridade configura-se em razão da intensificação das trocas de saberes entre os especialistas e as disciplinas circunscritas em um mesmo projeto. A pesquisa visou unir diferentes disciplinas para que essa troca de informações se tornem pontes que direcionam para uma condição de melhoria na vida do público alvo do estudo.

A interdisciplinaridade exige uma reflexão profunda e inovadora sobre o conhecimento, que demonstra a insatisfação com o saber fragmentado que está posto. Dessa forma, infere-se sobre a necessidade de superar o isolamento das disciplinas, para que os especialistas transcendam sua própria especialidade, adquirindo consciência de seus próprios limites para receber as contribuições das outras disciplinas.

Este TCM está subdividido em três capítulos, sendo que os capítulos um e dois foram construídos através de dados e informações disponíveis na literatura. Através das referências selecionadas, o primeiro e o segundo capítulo possuem a finalidade de embasar a pesquisa de campo que foi desenvolvida e registrada no capítulo três.

O primeiro capítulo se refere à caracterização da população agrícola no Brasil, realizada através de um comparativo entre os Censos Agropecuários dos anos de 2006 e 2017. Foi realizada uma análise nos dados divulgados pelos Censos Agropecuários para identificar características da população agrícola e conhecer como estão distribuídas no país.

O segundo capítulo trata de uma revisão de literatura realizada visando apresentar estratégias para a eficiência do negócio rural, focando na maximização do resultado com a diminuição de custos. Antes de iniciarem as entrevistas para coleta de dados realizadas no capítulo 3, foi produzida uma revisão bibliográfica sobre os aspectos chaves para o sucesso de um projeto, voltado ao atendimento do produtor rural. O objetivo foi coletar informações que pudessem ser aplicadas pelos agricultores, que utilizam o crédito rural, com o intuito de que eles pudessem melhorar, ampliar ou fazer alguma mudança no seu negócio agrícola. Esse capítulo busca identificar possíveis fatores de sucesso dentro de um empreendimento a fim de poder adaptá-los aos projetos desenvolvidos pelos agricultores familiares.

Os capítulos um e dois foram pesquisas bibliográficas desenvolvidos para embasar a pesquisa de campo realizada no capítulo três.

E por último, no capítulo 3, apresentam-se os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com os produtores rurais que obtiveram o crédito bancário no período

de janeiro a junho de 2019. Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFVJM foi realizada a coleta de dados. Esse último capítulo deste trabalho apresenta os resultados obtidos com a pesquisa, bem como sua análise, interpretação e confronto com a literatura. Entende-se que para que o produtor rural melhore aspectos da qualidade de vida após ter obtido o crédito bancário, então devem ser investigados aqueles itens de orientação que favorecem o sucesso no empreendimento.

## REFERÊNCIAS

BNDES. Referência obtida na Internet. Acesso em Ago. de 2019.

BRASIL, IBGE. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial {da República Federativa do Brasil}**, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 68p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **PIB do agro no primeiro trimestre teve redução de 0,5%**. DF: Brasília. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/pib-do-agro-primeiro-trimestre-teve-reducao-de-0-5>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: FAZENDA, I. **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. [17]-28.

FEISTEL, R. A. B.; MAESTRELLI, S. R. P. Interdisciplinaridade na Formação Inicial de Professores: um olhar sobre as pesquisas em Educação em Ciências. Alexandria: **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia** 5.1 (2012): 155-176 p. 157.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2017.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1976. 220 p.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B. **Relatório de consultoria, Consultora Território Plural**, São Paulo, 2006. p. 1.

RIBEIRO, E. M; AYRES, E. B., GALIZONI, F. M., ALMEIDA, A. F., PEREIRA, V. G. Programas sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 365-386, 2014.



## **CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS BRASILEIROS DOS ANOS DE 2006 E 2017 PARA IDENTIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA E DOS ESTABELECIMENTOS.**

### **RESUMO**

A agricultura é um setor da economia que está em constante desenvolvimento e vem contribuindo consideravelmente para o crescimento do PIB brasileiro. Devido a relevância desse segmento faz-se necessário conhecer o perfil dos trabalhadores rurais que estão contribuindo para esses resultados. Com isso, a pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar características da população agrícola do Brasil, a partir de uma análise comparativa realizada entre os dados disponíveis no Censo Agropecuário dos anos de 2006 e 2017. O estudo foi desenvolvido através da seleção das variáveis: condição legal da terra, pessoa que dirige a propriedade, relação dos agricultores com financiamentos e divisão dos estabelecimentos por região. Como resultado constatou-se que em sua maioria os produtores são proprietários da terra em que trabalham e a maior parte dos estabelecimentos são dirigidos por homens. Os relacionamentos com instituições financeiras acontecem, em maior parte, por meio de agências bancárias e têm a finalidade de custeio das operações. A região Nordeste é a que concentra a maior quantidade de estabelecimentos rurais, com um número elevado de pequenas propriedades e o oposto acontece na região Centro-Oeste, que possui uma grande extensão de terras agricultáveis distribuída entre poucas propriedades rurais.

**Palavras-chave:** Caracterização do produtor. Produtor rural. Agricultura.

### **ABSTRACT**

Agriculture is a sector of the economy that is constant development and has contributed considerably to the growth of the Brazilian GDP. Due to the relevance of this segment, it is necessary to know the profile of rural workers who are contributing to these results. The research was carried out with the objective of identifying characteristics of the Brazilian agricultural population, based on a comparative analysis performed between the data available in the Census of Agriculture from 2006 to 2017. The study was developed through the selection of variables: the legal status of the land, the person who runs the property, the relationship of the farmers with financing and the division of the establishments by region. As a result, it has been found that for the most part the producers own the land on which they work and most establishments are run by men. Relationships with financial institutions are mostly done through banking agencies and are used to fund operations. The Northeast region is home to the largest number of rural settlements, with a large number of small farms, and the opposite occurs in the Midwest, which has a large expanse of arable land distributed among a few farms.

**Keywords:** Characterization of the producer. Rural producer. Agriculture.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os diversos setores da economia, a agricultura se destaca devido sua constante evolução, recebendo destaque desde as monoculturas até as diversificações de produção intensiva. Sua significativa participação no mercado contribui consideravelmente para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e efetivamente para o crescimento da economia do país (RONCON, 2011).

Atualmente os agricultores se apresentam como os principais geradores de riquezas do país. Conforme dados divulgados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a agricultura contribuiu com 23,5% do PIB do país no ano de 2017 e os produtos brasileiros foram exportados para mais de 150 mercados ao redor do mundo. Entre o período de 1997 a 2017, a agricultura foi o setor que mais impactou a balança comercial e a geração de riqueza no país (CNA, 2018).

A produção agrícola nas propriedades rurais do Brasil é suficiente para alimentar quatro vezes a população de acordo com a CNA (2018). Conforme apresentado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) entre os diversos produtos agrícolas, destacam-se o algodão, arroz, cana-de-açúcar, laranja, mandioca, milho, soja e uva como os que elevam o crescimento no país. Na pecuária recebem destaque a produção de leite e de suínos.

Diversos são os tipos de solo e clima que permeiam o território brasileiro. A tropicalização dos cultivos, devido aos climas diferenciados, pode ser considerada como fator favorável por permitir que as terras sejam aproveitadas em diversas condições climáticas. No entanto, existe também um antagonismo, pois grandes são as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais devido a essa variedade de solo e clima, a depender do produto que será produzido.

O Estado deve incentivar os produtores rurais por meio de políticas públicas que visam dar suporte ao desenvolvimento de suas atividades produtivas. A exemplo da criação dos programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio da Lei nº 7.827/1989, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento dessas regiões (BRASIL, 1989).

Em 1996, por meio do Decreto Presidencial nº1.946 foi institucionalizado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar através do apoio técnico e financeiro, visando promover um desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com Scheneider (2004), desde essa criação, o PRONAF tem se apresentado como a mais importante política pública do Governo Federal, voltada para apoiar os agricultores familiares. Com a criação do programa, houve um reconhecimento sobre a especificidade de uma nova categoria, a de agricultores familiares. Até este momento, a classe possuía diversas denominações, entre elas: pequenos produtores e agricultores de subsistência.

Diante da importância do setor agrícola para a economia brasileira, faz-se necessária uma análise para conhecer o perfil dessa classe dos produtores rurais, compreender como estão distribuídos nas regiões do país e assimilar sobre a sua transformação.

O estudo foi elaborado com o objetivo de conhecer melhor as características da população agrícola do Brasil, realizando uma análise comparativa entre os dados disponíveis no Censo Agropecuário dos anos de 2006 e 2017, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A pesquisa versa sobre a identificação, tipificação e segmentação do produtor rural.

## **2 METODOLOGIA**

Foram realizadas análises a partir dos dados divulgados pelo Censo Agropecuário 2006 e 2017 com a finalidade de obter informações que sirvam de subsídio para identificar características dos agricultores do Brasil. Para isso, foram selecionadas algumas variáveis que visam atender aos objetivos da pesquisa e conseguir traçar características da população agrícola brasileira em relação a: condição legal da terra, pessoa que dirige a propriedade, relação dos agricultores com financiamentos e divisão dos estabelecimentos por região.

Com a seleção das variáveis, os dados foram tabulados e trabalhados em planilhas eletrônicas. Após todos os filtros, classificações e seleções necessárias, as informações foram confrontadas para melhor interpretação e análise dos resultados obtidos.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

#### 3.1 Condições legal das terras

O primeiro quesito analisado tratou sobre a condição legal das terras. Foi traçada a forma de vínculo do produtor em relação à área do estabelecimento onde ele produz, segundo algumas variáveis selecionadas, que se justificam por se mostrarem adequadas para a análise dos dados realizadas no capítulo três.

Tais variáveis foram definidas em:

- I) Terras próprias – propriedade do produtor;
- II) Terras concedidas por órgão fundiário – aquela que não possui um título definitivo;
- III) Terras arrendadas – propriedade de terceiros, explorada pelo produtor mediante pagamento previamente ajustado;
- IV) Terras em parceria – propriedade de terceiros, explorada pelo produtor mediante pagamento de parte da produção;
- V) Terras ocupadas – propriedade pertencente a terceiros, pela qual o produtor nada paga pelo uso e a explora mediante ocupação;
- VI) Produtor sem área – aquele que obteve produção, mas não detém área específica própria e trabalha na área de um terceiro que permite a sua utilização.

Além das variáveis mencionadas, no Censo de 2017 surgiu uma nova categoria denominada de comodato. Esse tipo de vínculo ocorre quando há o empréstimo da terra, sem ônus para o agricultor e este se obriga apenas a devolver o uso do espaço no tempo previamente acordado entre as partes.

**Quadro 1** – Comparativo entre a condição legal do produtor rural brasileiro em relação à terra utilizada, de acordo com dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Condição do produtor em relação às terras	Censo 2006	Censo 2017
Proprietário	76%	76%
Concedido por órgão fundiário	4%	5%
Arrendatário	4%	6%
Parceiro	3%	3%
Ocupante	8%	3%
Produtor sem área	5%	1%
Comodato	0%	6%
TOTAL	100%	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017 – Adaptado pelos autores.

O quadro 1 evidencia a mudança que ocorreu na condição legal das terras, a partir das variáveis selecionadas para o estudo, confrontando os dados disponíveis no Censo de 2006 com o de 2017.

Em geral os agricultores possuem a propriedade de suas terras e essa tendência pode ser observada em ambos os períodos. Por meio de uma análise realizada pelo Censo Agropecuário 2006, esse processo pode ser resultado de aquisição por meio de compra de particular, compra via crédito fundiário ou titulação via reforma agrária. No entanto, diversas são as maneiras de apropriação da terra, podendo compreender aquisição através de herança, usucapião, invasão ou até mesmo pela desapropriação.

A principal forma de acesso à terra, historicamente, foi a propriedade e sua importância tornou-se ainda maior nos últimos anos. O arrendamento teve sua participação aumentada, revelando que este mercado desempenha papel significativo como forma de acesso de trabalhadores rurais à terra. Destaca-se também o surgimento de expressivo número de agricultores que utilizam a terra sob comodato (6%), bem como o declínio de produtores que não possuem terra, baixando de um percentual de 5% para apenas 1%.

Segundo Medeiros (2005) o programa Banco da Terra teve grande contribuição para o acesso de trabalhadores às terras, sem a presença dos riscos envolvidos nas ocupações. O programa consistia em formar associações comunitárias para que os interessados pudessem escolher uma propriedade e negociarem com o proprietário a compra do bem. Nessa movimentação financeira, os trabalhadores recebiam o imóvel através da associação e o processo era intermediado por uma instituição financeira.

### **3.2 Pessoa que dirige o estabelecimento, por sexo e nível de instrução**

As propriedades rurais, em geral, são administradas por homens, seguindo a tendência do patriarcalismo, o patriarca como autoridade central do grupo familiar (NASCIMENTO, 2017). O homem assume a função patriarcal dentro da base familiar e assume também o controle da propriedade.

Brumer (2004) aponta que a sociedade paternalista atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. Dessa forma, as atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres nos estabelecimentos agropecuários exigem qualidades que supostamente as mulheres possuem, tais como trabalhos manuais minuciosos. O quadro 2 expõe sobre o sexo do principal dirigente do estabelecimento rural nos períodos analisados.

**Quadro 2** – Sexo do agricultor familiar que dirige o estabelecimento, de acordo com os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Sexo	Censo 2006	Censo 2017
Homem	87%	81%
Mulher	13%	19%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017 – Adaptado pelos autores.

Os resultados encontrados corroboram com o estudo de Silva (2018), que traçou o perfil dos agricultores familiares na mesorregião do Agreste Paraibano. Ele verificou que 80,1% dos estabelecimentos apresentavam como dirigente do lar o produtor do sexo masculino e, por consequência, o restante (19,9%) ficou sob a direção da mulher. No entanto, analisando os dados Censos de 2006 e 2017, percebe-se uma crescente participação da mulher como a pessoa responsável pelo estabelecimento rural.

Na pesquisa realizada por Brumer e Freire (1984), culturalmente na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, cabe ao homem a exclusividade de desenvolver atividades que exigem maior força física e as mulheres ficam a cargo de executar serviços mais rotineiros, geralmente ligados à casa ou ao serviço agrícola, considerados de caráter mais leve. No entanto, essa definição de atividades leves e pesadas, conforme constatado por Paulilo (1987), está mais associada à posição que a mulher ocupa na hierarquia da família, do que propriamente às características do trabalho desenvolvido.

Quanto à faixa etária, fazendo um comparativo, os produtores rurais, em geral, possuem mais idade do que as empresas urbanas. Os jovens são minoria nesse segmento – apenas 3,3% dos produtores rurais têm menos de 25 anos. Em relação à escolaridade, pouco mais de 10% deles cursaram ensino médio completo, sendo um público menos escolarizado do que os empreendedores urbanos (IBGE, 2006).

Em relação à distribuição do nível de instrução por sexo dos produtores, os dados obtidos revelam que, em geral, as mulheres responsáveis pelos estabelecimentos apresentam escolaridade mais baixa do que os homens. Conforme o Censo de 2006, para as categorias “não frequentou a escola” e “sem instrução, mas sabe ler e escrever”, verificam-se 40% do total de informantes do sexo feminino e 33% do sexo masculino.

De acordo com os dados divulgados em 2017, esse cenário torna-se ainda mais expressivo para os dois sexos, com 50% de mulheres que nunca frequentaram a escola, juntamente com as que sabem ler e escrever, porém não receberam instrução formal, contra 52% dos homens. No entanto, foi crescente também a proporção de agricultores que

finalizaram seus estudos no ensino superior, variando de 3% para aproximadamente 6% dos informantes, bem como, conforme apresentado no quadro 3, foi apontada uma nova categoria que mostra uma faixa pequena de agricultores que concluíram mestrado e/ou doutorado.

**Quadro 3** – Pessoa que dirige o estabelecimento por sexo e nível de instrução, de acordo com os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Nível de instrução	Censo 2006		Censo 2017	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Não sabe ler e escrever/Não frequentou escola	24%	31%	15,2%	17,0%
Sem instrução, mas sabe ler e escrever	9%	9%	37,3%	33,2%
Alfabetizado já adulto	5%	6%	1,4%	1,9%
Ensino fundamental completo	9%	7%	25,5%	26,0%
Ensino fundamental incompleto	43%	37%	*	*
Ensino médio completo (técnico)	1%	1%	1,6%	1,2%
Ensino médio completo (outro)	6%	6%	13,2%	14,9%
Ensino superior	3%	3%	5,6%	5,7%
Mestrado ou doutorado	*	*	0,3%	0,2%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017 – Adaptado pelos autores.

(\*) dados não informados ou não pontuados pelo Censo.

O nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento tem forte relação com o recebimento de orientação técnica prestado pelas empresas de assistência técnica e extensão rural dos estados. Dos produtores com instrução igual ou inferior ao ensino fundamental incompleto, apenas 16,8% receberam assistência técnica, enquanto para os produtores com ensino médio completo este percentual sobe para 31,7%. O sexo do produtor é determinante, para qualquer nível de instrução, pois os estabelecimentos dirigidos por mulheres parecem receber menos orientação técnica (IBGE, 2006).

O grau de instrução do agricultor também é fator relevante devido a facilidade de obtenção e processamento de informações, bem como a maneira correta para utilizá-las no trabalho desenvolvido. A gestão da propriedade torna-se mais segura e assertiva dependendo do grau de conhecimento intelectual do agricultor e também do nível de informatização disponível na propriedade.

Segundo Zanchet e Junior (2006) a baixa escolaridade do produtor acarreta na baixa organização do gerenciamento da propriedade, não existindo modelo de gestão nem mesmo a separação dos gastos entre os pessoais e os do negócio. Os autores constataram que o baixo grau de conhecimento dos produtores rurais relacionados aos conhecimentos básicos na área contábil-administrativa acarreta na inexistência de utilização de modelos gerenciais nos



processos decisórios do negócio. As decisões tornam-se embasadas em métodos rudimentares de apontamentos e controles, com pouco ou nenhum conhecimento prévio na área contábil-administrativa.

As categorias de condição do produtor apresentam diferentes perfis instrucionais. Considerando a distribuição do percentual para o total de produtores do país, segundo os diferentes níveis de instrução, os proprietários e arrendatários formam um grupo com percentual mais elevado para os níveis de instrução acima do fundamental completo e mais elevados. Inversamente, os assentados sem titulação definitiva, parceiros, ocupantes e produtores sem-área, estão mais concentrados nas categorias de menor nível de instrução.

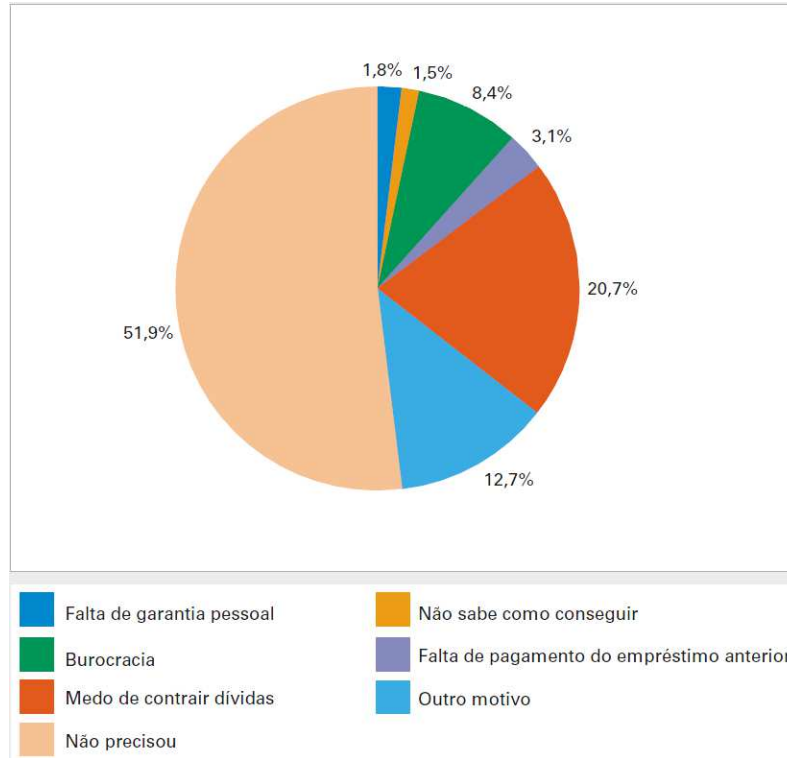
No país, a orientação técnica continua limitada. A área média do grupo assistido é de 228 hectares, enquanto a dos não assistidos é de 42 hectares. A orientação técnica de origem governamental atinge 43,0% dos estabelecimentos assistidos e está mais voltada para os estabelecimentos menores, com área média de 64 hectares. Nas regiões Norte e Nordeste houve um avanço em relação à orientação técnica de origem governamental, o mesmo ocorrendo em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. Contrariamente ao ocorrido nestes Estados, houve redução de produtores que declararam receber orientação técnica governamental nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiás (IBGE, 2006).

### **3.3 Relações dos agricultores com financiamento**

Foi analisada a obtenção de financiamentos e empréstimos pelos estabelecimentos agropecuários em 2006 e 2017, junto a bancos (inclusive os provenientes de programas oficiais do governo, como o PRONAF); cooperativas de crédito; comerciantes de matéria-prima; fornecedores de insumos e de equipamentos; empresa integradora; outras instituições financeiras; e junto a organizações não governamentais (ONG's), parentes ou amigos, bem como suas respectivas finalidades. Nesse quesito, não foram considerados os refinanciamentos, ou seja, financiamentos e empréstimos destinados a 'rolagem de dívidas' contraídas em anos anteriores.

De todos os 5.175.489 estabelecimentos agropecuários pontuados no Censo de 2006, 4.254.808 (82%) não obtiveram financiamento no ano-base. O principal motivo declarado foi a 'falta de necessidade' (51,9%), seguido pelo 'medo de contrair dívidas' (20,7%) e o empecilho da 'burocracia' (8,4%). A figura 1 apresenta os principais motivos da não obtenção de financiamento.

**Figura 1:** Motivo da não obtenção de financiamento pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, Brasil, 2006.

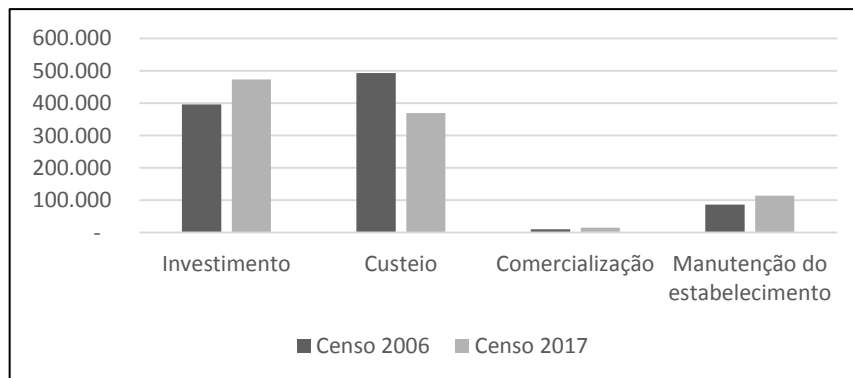


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Para os demais agricultores que sentiram a necessidade ou mesmo tiveram interesse em realizar empréstimos/financiamentos, foi analisada também qual a finalidade: investimento, custeio, comercialização e a manutenção do estabelecimento.

O gráfico 1 mostra a distribuição dessa opção em quantidade de estabelecimentos.

**Gráfico 1:** Finalidade da obtenção de empréstimo pelos agricultores rurais, conforme os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017 – Adaptado pelos autores.

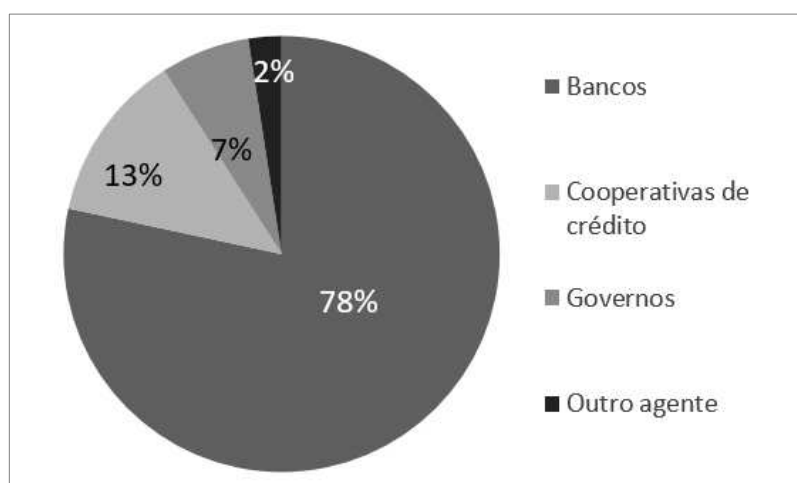
Até o ano de 2006, a maior parte dos empréstimos realizados eram para financiar o custeio agrícola, ou seja, as despesas normais do ciclo produtivo. Esse resultado confirma o estudo realizado por Assunção & Chein (2007), quando analisaram as condições de crédito *no* Brasil e identificaram uma tendência para aquisição de crédito, nos anos 2000 e 2004, com a finalidade de custear as despesas da produção, tais como: aquisição de insumos e material necessário para a produção, por exemplo.

O Censo de 2017 revelou uma tendência de mudança no mercado, apresentando a finalidade ‘investimento’ como a intenção predominante dos agricultores. Essa mudança pode estar relacionada com o aumento do grau de instrução de alguns produtores, que estão concluindo o ensino superior e ingressando em cursos de pós-graduação e se especializando em seus próprios negócios, visando a expansão de seus mercados.

Quanto ao agente financeiro que está envolvido nessas negociações, os bancos representam 78% desses estabelecimentos (gráfico 2). Esse dado mostra a intensificação da inclusão social que ocorreu, principalmente ligada às políticas públicas que fizeram com que vários pequenos produtores tivessem acesso ao crédito pela primeira vez (BATISTA E NEDER, 2014).

O gráfico 2 apresenta a distribuição pela procura da instituição responsável por intermediar as operações financeiras.

**Gráfico 2:** Agente financeiro responsável pela concessão de empréstimo rural segundo o Censo Agropecuário de 2017.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 – Adaptado pelos autores.

Diante dos dados disponíveis na literatura e das condições que foram apresentadas pelos produtores em relação ao conservadorismo e até mesmo pela necessidade em expandir

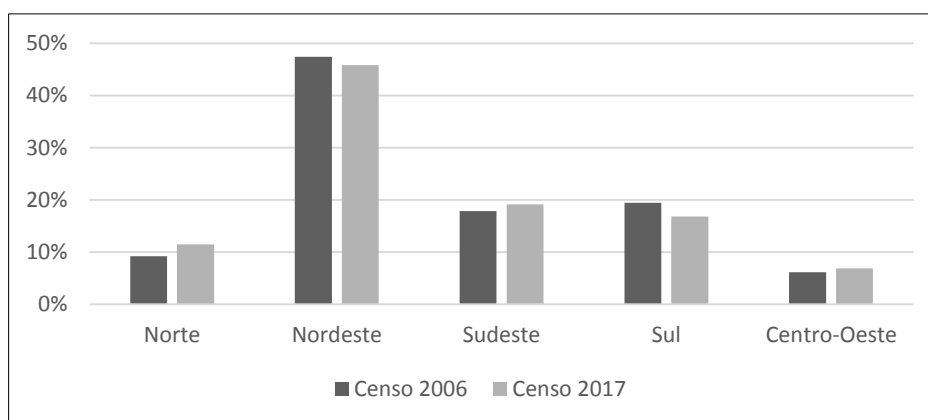
os negócios, foram criadas pelos autores desse TCM novas categorias para análise levando em consideração o perfil de cada produtor rural sobre crédito. As novas categorias podem ser divididas em quatro:

- a) Agricultores recessivos – aqueles que trabalham com o mínimo de recursos financeiros e que não possuem acesso à educação (marginalizados);
- b) Agricultores tradicionais – aqueles que possuem o mínimo de escolaridade e buscam crédito para investir em atividades convencionais;
- c) Agricultores empreendedores – aqueles que não necessariamente possuem um bom nível de escolaridade e buscam crédito para inovar na propriedade visando o crescimento do negócio rural;
- d) Agricultores informatizados – aqueles que possuem escolaridade, conhecimento sobre gestão do negócio e buscam cada vez mais o crescimento do empreendimento rural.

### 3.4 Distribuição dos estabelecimentos por regiões

Realizando a análise por região, o Nordeste foi a que apresentou maior quantidade de estabelecimentos rurais em ambas as análises, perfazendo o total de 47%, seguida pela região Sul, com 20% em 2006. No ano de 2017 os percentuais baixaram para 46% na região Nordeste e para 17% na região Sul, conforme apresentado no gráfico 3.

**Gráfico 3:** Percentual de estabelecimentos rurais distribuídos nas regiões do país, conforme os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

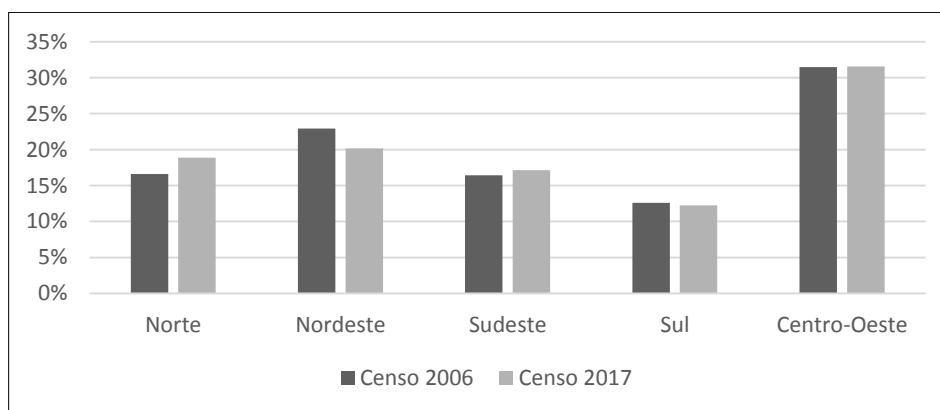


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017 – Adaptado pelos autores.

No entanto, em se tratando de extensão territorial rural, a região Centro-Oeste liderou a lista, com o total de 31% (2006) e 32% (2017), seguida pela região Nordeste (23% e 20%

respectivamente), ficando em terceiro lugar a região Norte que apresentou um aumento no período analisado, passando de 17% para 19% a extensão de área rural. Por último ficou a região Sul, conforme apresenta o gráfico 4 abaixo.

**Gráfico 4:** Percentual de hectare por região referente aos estabelecimentos rurais, conforme os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 – Adaptado pelos autores.

Em relação ao tamanho das propriedades, 90% das mesmas possuem área inferior aos 100 hectares, indicando o predomínio das pequenas propriedades no Brasil. Quanto à distribuição geográfica, constatou-se a predominância da região Nordeste seguida pela região Sul como as que possuem o maior número de propriedades rurais. O Centro-Oeste é a região com o menor número absoluto de propriedades (cerca de 6% a 7%), devido especialmente à maior concentração de grandes propriedades nessa região.

Na análise realizada nos Censos de 2006 e 2017 percebeu-se que a área ocupada por estabelecimentos agropecuários cresceu 16,5 milhões de hectares no período analisado. No entanto, ainda assim ocorreu uma redução de 2% em relação ao número de propriedades, verificando-se uma maior concentração de propriedades, com 5,07 milhões de unidades em 2017 contra 5,17 milhões em 2006 (IBGE, 2017).

## 4 CONCLUSÃO

Devido a amplitude e diversidade da agricultura, o homem do campo exerce papel fundamental na economia do país. A partir do esforço dos agricultores, sejam eles pequenos, médios ou grandes, muitos empregos são gerados diretamente no campo e, como em uma reação de cadeia, em sistemas de negócios e indústria.

Embora tenha-se constatado uma diminuição de 1,5 milhão no total de trabalhadores em propriedades rurais, o perfil traçado do produtor rural brasileiro aponta que em sua maioria são proprietários da terra onde trabalham. Os estabelecimentos são dirigidos por homens, quase em sua totalidade, e ambos os sexos apresentam baixo nível de escolaridade, apontando para parte expressiva que nunca frequentou a escola.

Por muito tempo os agricultores evitaram o relacionamento com instituições financeiras, alegando a falta de necessidade e também o medo de contrair dívida. No entanto, após os incentivos do governo com políticas de créditos que estimulam as linhas para a agricultura, essa relação com financiamentos foi se tornando mais estreita. Em sua maioria, as operações de crédito rural ocorrem com a finalidade de custeio e investimento e os principais agentes financiadores são os bancos.

Os estabelecimentos rurais são mais numerosos na região Nordeste, porém é lá também que estão concentradas a maioria das pequenas propriedades, tornando-se o oposto da região Centro-Oeste, caracterizada por possuir pequenas quantidades de propriedades com muitos hectares, os latifúndios.

Entre as cinco regiões, apenas a Nordeste apresentou uma queda em relação a área dos estabelecimentos agropecuários. Uma justificativa para o ocorrido pode ser encontrada considerando um período de cinco anos de secas na região que acarretou em um processo de desertificação de parte do espaço.

Muito ainda será exigido dos produtores rurais, para maximização de produção e aproveitamento da terra com a finalidade de geração de alimentos para a movimentação da economia. Dessa forma, faz-se necessária cada vez mais a valorização dessa classe, a realização de mais investimentos voltados para área rural e mais pesquisas acerca de sua importância e contribuição para o país.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, J; CHEIN, F. Condições de crédito no Brasil rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 371-372, 2007.

BATISTA, H.R; NEDER, H.D. Efeitos do PRONAF sobre a pobreza rural do Brasil (2001-2009). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 150, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Crédito rural**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f488d.htm?fullName=2%20-%20Cr%C3%A9ditos%20de%20Custeio>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamento o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de setembro de 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03, leis/L7827.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03, leis/L7827.htm)>. Acesso em: 06 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Safra de grãos deve alcançar 300 milhões toneladas em dez anos**. DF: Brasília. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/safra-de-graos-deve-alcancar-300-milhoes-ton-de-graos-em-dez-anos-indica-estudo>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura**: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 205-227, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf> >. Acesso em: 01 mai. 2018.

BRUMER, A; FREIRE, N.M.S. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, ano XI/XI, p. 302-322, 1984.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA. **Agricultor, a mais nobre das profissões**. Disponível em: <<http://www.cnabrasil.org.br/artigos/agricultor-mais-nobredas-profissoes>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MEDEIROS, L.S. “Sem terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **Uma nueva ruralidade em America Latina?** Colección de CLACSO. Libronauta Argentina S.A. 2005, p. 108-133.

NASCIMENTO, V.F. Patriarcado rural: Permanência e alterações da ordem patriarcal no meio rural. **IV Encontro Nacional e X Fórum Estado, Capital Trabalho**. Universidade Federal de Sergipe (UFS). 2017.

PAULILO, M.I.S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan-fev. 1987.

RONCON, N. A importância do setor agrícola para a economia brasileira. **Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA/IMESA**. Assis, 2011, p. 69.

SCHNEIDER, S; MATTEI, L; CAZELLA, A.A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf**. In: \_\_\_\_\_. (Org.) Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p. 21-50.

SILVA, A.B.A.D. **Perfil da agricultura familiar do Agreste Paraibano: uma tipificação contextualizada**. João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12199/1/ABAS01112018.pdf>> Acesso em: 01 de maio 2019.

ZANCHET, A; JUNIOR, S.C.F. Perfil contábil-administrativo dos produtores rurais e a demanda por informações contábeis. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 6, n. 11, p. 1-18, 2006.



## **CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO GERENCIAMENTO DE UNIDADES PRODUTORAS FAMILIARES E ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA POTENCIALIZAÇÃO DA RENDA DO CAMPO.**

### **RESUMO**

A criação do Pronaf buscou atender uma demanda antiga dos trabalhadores rurais sobre a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para a agricultura familiar, setor que contribui fortemente para o desenvolvimento do país, mas que até então não possuía apoio do poder público. Para obter êxito na atividade, o produtor deve conhecer bem as características do próprio negócio. Dessa forma, o trabalho objetiva identificar quais as estratégias adotadas pelos agricultores familiares que podem ser consideradas eficientes para maximização da renda no campo. Para atingir o objetivo foi realizada uma investigação na literatura que buscou o processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro, analisou-se como ocorre o gerenciamento de unidades de produção familiar e o canal de comercialização dos produtos para identificação das estratégias que potencializam a renda das unidades familiares produtivas. A análise das informações permitiu constatar que a participação em feiras livres e a utilização de algumas técnicas de gerenciamento do negócio podem ser fatores contribuintes para o sucesso do negócio rural.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Empreendimento Rural. Produtor Rural.

### **ABSTRACT**

The creation of Pronaf sought to meet an old demand from rural workers on the formulation and implementation of specific rural development policies for family farming, a sector that strongly contributes to the development of the country, but until then had no public support. To be successful in the activity, the producer must know well the characteristics of the business itself, thus, the work aims to identify which strategies adopted by family farmers can be considered efficient for maximizing income in the field. In order to achieve this objective, an investigation was conducted in the literature that sought the historical process of occupation of the Brazilian agrarian space, analysed how the management of family production units and the marketing channel of products to identify the strategies that enhance the income of the families. productive family units. It was found that participation in free markets and the use of some business management techniques can be contributing factors to the success of the rural business.

**Keywords:** Family Farming. Rural Enterprise. Rural Producer.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país muito rico em concentração de terras agricultáveis. A diversidade climática e a variedade dos tipos de solo existentes no território brasileiro contribuem para que haja uma grande diversificação de produtos agrícolas, o que antes era pouco explorado devido a implantação dos sistemas de monocultura para exportação nos grandes latifúndios.

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas existentes para a área rural eram voltadas para os setores mais capitalizados e ao mercado que produzia para atender as negociações internacionais. Segundo Castro (2015), a partir da década de 1960 o sistema até então instalado passou a ser transformado através da criação de políticas públicas que gradativamente introduziram os preceitos da chamada “revolução verde” no sistema rural brasileiro. Entre esses preceitos estavam inclusos a incorporação da inovação tecnológica no meio das atividades agropecuárias e a difusão da inovação em novas atividades.

Pode-se dizer que até a década de 1990 não havia nenhum tipo de política pública que tivesse abrangência nacional e que fosse voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento de agricultores familiares. A partir de então entendeu-se no Brasil que era necessário o investimento nas pequenas unidades de produção familiar. Neste cenário, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que busca atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais que requisitavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, em contrapartida o mais fragilizado também em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários.

A partir dos avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos, por meio da modernização dos maquinários, foram-se abrindo espaços para uma expansão da produtividade agrícola e pecuária. No entanto, segundo Braum et al. (2013), para lograr êxito na atividade rural é necessário que além das novas tecnologias o produtor esteja atento e conheça as características específicas do próprio negócio, tais como: condições climáticas, condições do solo, os preços praticados no mercado, os tipos de culturas, entre outras.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a agricultura familiar vem ganhando destaque no cenário nacional devido ao impacto que ela está causando na economia do país, chegando a representar 70% dos alimentos que são consumidos na mesa dos brasileiros. O grupo familiar é o responsável pelas mudanças do próprio sistema produtivo. Nesse contexto, o agricultor familiar assume o importante papel de ser o responsável pela

transformação do sistema produtivo, visto que ele tem o poder de alterar a forma de utilização dos insumos e seus cultivos de acordo com suas necessidades, o que pode ser fator contributivo para o melhor desempenho do seu trabalho.

A utilização de mão de obra familiar, a dimensão territorial da unidade produtiva reduzida e a lógica camponesa de ter uma produção para atender primeiramente as demandas da própria família e não, de imediato, as necessidades do mercado, são características específicas da forma de organização da agricultura familiar (FINATTO; SALAMONI, 2008). A relação desse agricultor não está pautada apenas na produção para a comercialização, pois ele se identifica com o lugar onde trabalha e vive. Na maioria dos casos, esse mesmo espaço é o lugar onde viveram seus antepassados, o que torna o ambiente carregado de sentimentos de posse e identificação. Trata-se de um trabalhador calcado na herança, tradição e em cultura local fortemente enraizada. A agricultura familiar pode ainda contribuir para a manutenção das paisagens e da biodiversidade devido ao cuidado que ela impõe no cultivo.

Com o crescimento da representatividade da agricultura familiar, torna-se imprescindível compreender como esses produtores estão se organizando para que seus negócios sejam atividades planejadas e possam ter continuidade. Diversos são os elementos que podem contribuir para o êxito de um negócio rural e diante desse cenário, o trabalho busca responder a seguinte pergunta: Quais as estratégias adotadas pelos agricultores familiares que são consideradas eficientes para maximizar a renda no campo?

A pesquisa possui os objetivos específicos de compreender o processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro; analisar como ocorre o gerenciamento de unidades de produção familiar; caracterizar o canal de comercialização dos produtos gerados nas unidades familiares e também indicar estratégias para potencializar a renda das unidades familiares produtivas.

A pesquisa justifica-se uma vez que a agricultura familiar carrega modelos agrícolas com maior diversificação de produtos, um modelo sustentável e mais flexível. Dessa forma, o trabalho pode elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais contribuindo significativamente para a soberania e segurança alimentar nutricional e ainda fortalecer o desenvolvimento econômico com a geração de emprego.

## **2 METODOLOGIA**

A revisão de literatura foi composta com a divisão em quatro assuntos necessários para a compreensão da temática, que são: processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro; análises sobre o gerenciamento de unidades de produção familiar; canal de comercialização dos produtos gerados nas unidades familiares e estratégias que podem contribuir para potencializar a renda das unidades familiares produtivas

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 Processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro

As questões da terra e do sistema de produção agropecuário sempre fizeram parte do debate político nacional. Os questionamentos em torno da temática agrária brasileira perpassam sobre o processo histórico de desenvolvimento do país, desde o período das capitâneas hereditárias, incluindo o período dos diversos ciclos econômicos e perdurando até a atualidade (MATTEI, 2014).

A agricultura de subsistência foi se formando, inicialmente na região Nordeste, em um contexto quando foi instituída uma forma de produção monocultora voltada para exportação durante o ciclo do açúcar e que se concentrava nas grandes propriedades de terra. Foi iniciada como uma atividade acessória ao sistema principal. O cenário que abrigou o início dessas atividades estava dividido entre grandes áreas de terras férteis cultivando produtos destinados para exportação juntamente com uma enorme quantidade de trabalhadores rurais com pouca terra, diante de condições climáticas adversas e sem o olhar da administração pública (MATTEI, 2014).

Esse processo perdurou nos ciclos econômicos seguintes e se expandiu para as demais regiões do país. Após o declínio das atividades econômicas principais, permaneceram apenas uma parcela referente a agricultura de autoconsumo com baixa capacidade de produção e abandonada pelo poder público, transformando-se também em uma fonte de miséria e exclusão social no meio rural.

O contexto histórico em que a agricultura familiar está inserida a enquadra como uma estrutura produtiva que sempre foi culturalmente ignorada e enquadrada ao segundo plano no processo de desenvolvimento rural do país. Pode-se dizer que esse conflito social mantém relação com o modelo de desenvolvimento agrário do Brasil que é sustentado por dois pilares que englobam a exclusão social dos tradicionais agricultores e a alta concentração de terra.

Em 2006, com a promulgação da Lei 11.326 que também é conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, ficaram estabelecidas as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Ficou definido que para fins legais será considerado agricultor familiar todo aquele que pratica atividades no meio rural e atende simultaneamente aos seguintes requisitos: a) não detenha área maior que quatro módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; c) tenha renda familiar predominantemente

originada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento; d) dirija seu estabelecimento com sua família.

A agricultura familiar é uma forma de produção que busca estabelecer sistemas produtivos voltados para a biodiversidade, para a produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional, para a valorização da força de trabalho da família sendo um espaço de inclusão para mulheres e jovens e também para a democratização do acesso aos meios de produção, principalmente a terra.

A implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas ao meio rural e definidas para incentivar a produção de alimentos por meio da agricultura familiar, visando ampliar o acesso das populações carentes a estes alimentos foram fundamentais para o início de uma nova fase desse processo, o da redução da pobreza rural. Entre os programas criados pelo governo, destacam-se como grandes contribuintes: o PRONAF, o Programa Nacional de Reforma Agrária (assentamentos, regularização fundiária e crédito fundiário), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os Planos Safra da Agricultura Familiar, os Programas Territórios de Cidadania e Territórios Rurais de Identidade, o Programa Luz para Todos e a Política de Habitação Rural. Além desses foram criados também programas destinados a povos e populações tradicionais, por exemplo, as comunidades remanescentes de quilombolas, que antes eram consideradas invisíveis para a política governamental e atualmente são assistidas pelo programa de titulação coletiva.

Em relação ao apoio direto ao sistema familiar de produção, o PRONAF foi a política que recebeu maior investimento, inclusive aumentando sua área de cobertura, diversificando o público alvo beneficiado e criando novas linhas de crédito. Criado em 1996 o programa visa fortalecer a agricultura familiar e contribuir com a geração de emprego e renda nas áreas rurais, intencionando melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares.

De acordo com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), atualmente são operacionalizadas 19 linhas de crédito rural (Apêndice D) que atendem desde custeio e investimento a liquidação de dívida, são elas: BNDES Pro-CDD Agro-Composição de Dívidas Rurais, Pronaf Agroecologia, Pronaf Agroindústria, Pronaf Cotas-Partes, Pronaf Eco, Pronaf Jovem, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Microcrédito (grupo “B”), Pronaf Mulher, Pronamp, Inovagro, Moderagro, Moderfrota, Moderinfra, PCA - Programa para Construção e Ampliação de Armazéns, Procap-Agro - Programa de capitalização de cooperativas agropecuárias, Prodecoop - Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária, Programa ABC e Pronaf (BNDES, 2019).

O Brasil vinha figurando entre os países que apresentavam maior índice de concentração de terra do mundo. De acordo com o índice de Gini – indicador que mede o grau de concentração de terra e que varia entre zero e um – até o ano de 2006, conforme o censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número estava estacionado em 0,854 e apresentando pouca variação em relação às décadas anteriores. No entanto, o último dado divulgado através do Censo de 2017, o índice se apresentou em 0,491 o que representa um grande avanço e pode-se inferir como um resultado positivo das políticas públicas realizadas no período, principalmente as voltadas para a reforma agrária.

A partir do momento em que o Estado optou pelo apoio ao setor produtivo denominado de agricultura familiar, os avanços verificados nas últimas décadas no meio rural brasileiro são inegáveis. É importante ressaltar os resultados positivos obtidos na produção de alimentos básicos como também na manutenção das ocupações rurais e a maior preservação dos recursos naturais.

### **3.2 Análises sobre o gerenciamento de unidades de produção familiar**

Para os dias atuais, existe um consenso sobre a população que vive nas áreas rurais brasileiras. Trata-se de uma parcela bastante diversificada tomando como referência as formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmadas. Dessa forma, o ambiente rural caracteriza-se como o lugar de vida de diversas famílias que obtém o sustento através de diversas atividades e que são definidos como agricultores familiares. O conhecimento do campesinato foi sendo aprimorado e compreendido como uma forma social e particular de organização e produção tendo como base a unidade de produção gerida pela família (WANDERLEY, 2009).

A agricultura familiar se contrasta à concepção burocrática e à lógica industrial que domina a sociedade. Esse comportamento faz com que ela seja vista, por um lado, como arcaica e anárquica, e por outro (e ao mesmo tempo) eleve-se como algo atrativo e inovador (PLOEG, 2014). No entanto, uma questão fundamental para ser compreendida é que a realidade da agricultura familiar é bem mais rica do que as duas características individuais que comumente são utilizadas para descrevê-la: que a família é proprietária da terra e que o trabalho é realizado pelos seus membros.

Segundo Ploeg (2014) a agricultura familiar também não se define apenas pelo tamanho da propriedade, quando se fala da agricultura de pequena escala por exemplo, mas sim pela especificidade da forma como as pessoas cultivam e vivem nesse ambiente. É por

isso que ela também é considerada uma forma de vida. O estabelecimento não é apenas um negócio focado na produção de renda, mas sim um lugar onde as conexões com o entorno e a cultura são importantes. A família agricultora é parte integrante de uma ampla comunidade rural.

O negócio rural muitas vezes desempenha um papel complementar de realização familiar dos indivíduos que dele participam. Envolve além de elementos externos, o cotidiano familiar e a autonomia decisória, ou seja, aspectos que podem afetar na capacidade administrativa do agricultor. A análise do êxito de um empreendimento rural pode ultrapassar a barreira de potencialização do lucro no trabalho desenvolvido, associando também elementos subjetivos, por exemplo a necessidade de realização dos anseios do grupo familiar (CELLA, 2002).

No trabalho de Redin (2013) foi realizada uma análise que buscava descobrir e interpretar os diferentes elementos que coordenam o mercado agrícola e orientam as ações dos agricultores familiares. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com agricultores da região de Arroio do Tigre (RS) e os elementos mais preponderantes corroboram para o fator clima e as imprevisibilidades do comportamento do mercado agrícola.

No estudo, Redin (2013) identificou alguns pontos que se apresentam como limitantes na interpretação dos produtores entrevistados e que podem dificultar o desenvolvimento do trabalho. As barreiras identificadas foram: i) inexistência de uma efetiva atuação do preço mínimo; ii) instabilidade do mercado; iii) intempéries; iv) alto custo da mão de obra contratada; v) problemas estruturais relacionados ao tamanho da propriedade, infraestrutura e a posse da terra; vi) dilapidação dos recursos naturais; vii) legislação ambiental rígida; viii) ausência da assistência técnica pública; ix) disfunções dos programas estatais; e x) impossibilidade de oferta regular de produtos ou escala de produção.

A instabilidade do setor agrícola carece de estratégias menos vulneráveis, que apresentam o menor risco possível para a atividade. Quando não se tratam de fatores econômicos são questões climáticas que apontam para as instabilidades na agricultura. O resultado final desse processo está relacionado também à forma de gestão adotada no decorrer da atividade. A produção a custo baixo e a garantia de preço mínimo são questões importantes para minimizar os riscos de uma safra.

Para obtenção de resultados satisfatórios além da dependência direta do comportamento do mercado são importantes o gerenciamento sobre a disponibilidade de insumos, plantio e colheita no tempo ideal, conhecimento das técnicas de produção, correção e conservação do solo, entre outros (REDIN, 2013). Problemas envolvendo o tamanho da



terra, infraestrutura e posse são alguns elementos que impactam diretamente na dificuldade da gestão estratégica de algumas famílias agricultoras.

Ploeg (2008), através de suas análises sobre o modo de fazer agricultura, identifica três tipos distintos aos quais nomeia como: o capitalista, o empresário e o camponês. Para o autor, o modo capitalista é caracterizado por possuir elevados investimentos, grande escala de produção e alta contratação de força de trabalho. Já o modo camponês provém da condição camponesa fundamentada na intensificação do trabalho, geralmente familiar, e na diversificação da produção, porém com baixa disponibilidade de terras e menor dependências, de recursos externos. A maneira empresarial de realizar agricultura estaria entre os dois outros modelos, referência no contraponto estabelecido para construir a tese de recampesinização. Dessa forma, basicamente o que diferencia o modo empresarial do capitalista é a força de trabalho familiar. No entanto, para diferenciar o modo camponês do empresário, considera-se a dimensão das propriedades e os níveis de incorporação de tecnologias exógenas.

A intensificação do trabalho é a oportunidade do progresso do modo camponês de praticar agricultura, pois esse aumento em quantidade e qualidade poderá permitir compensar a ausência dos demais componentes.

A agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico, especialmente na natureza viva, enquanto a empresarial rompe efetivamente com a conservação da natureza. Nesse modo empresarial os recursos naturais são substituídos pelos insumos e outros fatores artificiais de crescimentos, o que demonstra uma industrialização da agricultura. Em termos quantitativos, os camponeses são a maior parcela agrícola do mundo. A contribuição dessa classe é enorme e indispensável para a produção de alimentos, geração de emprego, renda, sustentabilidade e desenvolvimento de modo geral (PLOEG, 2009). A produção camponesa tem como motivação a reprodução, melhoria e ampliação do capital ecológico, produção de excedentes comercializáveis e criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução.

Os meios de produção e insumos necessários para o desenvolvimento do negócio rural são menos escassos para a agricultura camponesa, uma vez que ela é autossuficiente e menos dependente do mercado. Esses produtos já são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico.

A peculiaridade da natureza da agricultura familiar pode ser mal compreendida. É orientada também para a busca de produção de valor agregado e emprego produtivo, o tanto quanto possível sob as circunstâncias dadas. Visa a ampliação do valor agregado da unidade familiar produtiva. Outra característica marcante é a força de trabalho que será disponível

visto que provém da própria família. Já para as demais formas de agricultura, objetivam-se os lucros e o aumento dos níveis de renda através da redução dos investimentos na força do trabalho, para diminuir os custos.

Outra característica importante sobre o gerenciamento da unidade produtiva familiar trata sobre a Assistência Técnica Pública de Extensão Rural (ATER) que é oferecida para atender o agricultor. No entanto, devido à alta demanda a condição de promover uma ação personalizada a cada família no meio rural não se torna uma realidade possível para todos.

De acordo com Castro (2015), no Brasil a origem dos serviços de ATER teve início no final da década de 1940, quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no estado de Minas Gerais, em 1948. A iniciativa resultou na criação de uma instituição que atuasse em prol de melhorar as condições sociais e econômicas da vida no meio rural.

Inicialmente a ACAR foi estruturada nos moldes norte-americano de difusão de inovações que atribuía à extensão rural o objetivo de oferecer assistência técnica e financeira aos produtores rurais para que adotassem as inovações desenvolvidas em institutos de pesquisa agrícola. Ou seja, os institutos de extensão rural serviriam de interlocutores entre os agricultores e as instituições geradoras de inovação para a agropecuária (CASTRO, 2015).

O debate acerca da ATER está intimamente relacionado com a consolidação e ampliação do acesso ao PRONAF por parte dos agricultores familiares. Para acesso ao crédito, o programa solicita, por parte do requerente do crédito, a apresentação de um projeto técnico sobre a atividade a ser desenvolvida, discriminando as etapas a serem desenvolvidas e demonstrando a viabilidade do empreendimento. Para elaboração desse projeto, os agricultores são orientados a procurarem auxílio do órgão estadual responsável pela ATER (geralmente, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER).

Em 2004, com o lançamento do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), foi estabelecida uma outra missão para este serviço público que foi a de apoiar e favorecer o desenvolvimento rural orientado pelos princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica dos sistemas produtivos. A mudança de percepção foi materializada com o aumento dos investimentos para a estruturação das agências estaduais de assistência técnica e extensão rural, as quais aumentaram suas responsabilidades em relação ao suporte técnico destinado, que deverá ser prioritariamente ao setor da agricultura familiar.

Na concepção dos agricultores, a assistência técnica é fundamental para o desempenho das atividades no meio rural. No estudo de Redin (2013) observou-se que em propriedades

que são assistidas de perto pela assistência técnica pública há uma leve tendência de a renda ser mais diversificada do que em outras famílias agricultoras que não recebem a orientação.

### **3.3 Canal de comercialização dos produtos gerados nas unidades familiares**

As culturas voltadas para o autoconsumo são uma forma de garantir a diversidade dos alimentos como também servem de contraponto às especializações ou monoculturas. De acordo com Scheneider (2001), a pluriatividade pode ser entendida como uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho. O autor aponta também que cada unidade familiar reage de modo distinto a esse conjunto de atividades e as próprias estratégias adotadas podem variar no decorrer do tempo e de acordo com as situações a serem enfrentadas.

O processo de produção agrícola é modelado visando comportar os interesses e as expectativas da família camponesa e é dessa forma que esse sistema interage com o mercado. Enquanto uma parte da produção é vendida, a outra é usada para reprodução da propriedade e da família camponesa. Dessa forma, ficam garantidas a sobrevivência da família, bem como suas projeções futuras (PLOEG, 2009).

O PAA é uma importante política pública que tem sua gestão articulada através de um grupo interministerial que objetiva garantir a compra da produção de agricultores familiares. O programa visa formar estoques para dar sustentação à política de segurança alimentar e nutricional, bem como suprir demandas de outros programas públicos destinados ao atendimento de populações carentes e em condições de pobreza.

De um modo geral, o programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários fornecidos pelos agricultores familiares, havendo a possibilidade de realizar a compra sem licitação de produtos da agricultura familiar respeitando o limite máximo de R\$ 2.500,00 (US\$ 600,96) por agricultor ao ano. Os preços dos produtos adquiridos não podem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais, sendo os mesmos determinados pelos gestores do programa no âmbito regional (MATTEI, 2014).

O PAA apresenta-se como uma boa oportunidade de comercialização e incentivo ao setor familiar que trabalha no campo. Com esse mecanismo garante-se também uma

segurança alimentar e nutricional para a população que irá consumir esses alimentos, visto que são produtos mais naturais possíveis devido ao tratamento dado pela agricultura familiar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apresenta-se como uma outra alternativa para contribuir com o canal de comercialização dos agricultores familiares. O programa tem por objetivo fornecer produtos da agricultura familiar para a merenda escolar no âmbito estadual e municipal beneficiando 13 milhões de ambientes escolares em todo o país (RIBEIRO et al., 2013).

O governo federal realiza o repasse aos estados, municípios e escolas federais em caráter suplementar e conforme o número de alunos matriculados. A Lei n ° 11.947 de 16/06/2009 prevê que 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Em relação ao processo de compras de produtos provenientes da agricultura familiar, ambos os programas utilizam-se dos mesmos critérios, sendo o PAA voltado para a população em situação de insegurança alimentar e o PNAE atendendo a demanda da alimentação escolar da educação básica pública. Esse apoio aos produtores rurais estimula a produção de alimentos saudáveis, como também a capacidade de geração de renda e ocupação do espaço rural (SARAIVA, 2013).

No trabalho de Finatto e Salamoni (2008) percebeu-se que a comercialização de produtos ainda é um problema presente na realidade dos agricultores familiares. Embora que algumas cooperativas desempenhem essa função de mediar as relações entre produtores e consumidores, é necessário ampliar não só o volume da produção, mas também a sua diversidade para garantir um mercado estável e que atenda às necessidades de escoamento da produção.

Abramovay (1998), importante analista da agricultura familiar, expõe que um dos maiores desafios para essa classe agricultora se consolidar economicamente consiste na sua capacidade de organização para a construção de mercado e na busca de vínculos sociais no relacionamento com o consumidor. Essas podem ser estratégias para ampliar as oportunidades sociais e econômicas para muitas pessoas, principalmente das camadas rurais mais pobres, agricultura camponesa, como Ploeg (2008) define.

### **3.4 Estratégias para potencialização da renda das unidades familiares produtivas**

Ploeg (2014) elencou dez qualidades da agricultura familiar que devido as suas particularidades podem ser fundamentais e estratégicas para o crescimento e desenvolvimento do negócio agrícola, que são: 1) a agricultura familiar possui o controle sobre os principais recursos que ela utiliza; 2) o estabelecimento familiar é onde o grupo investe a maior parte de sua força de trabalho; 3) há um nexu entre a família e o estabelecimento que é central nas decisões relacionadas ao desenvolvimento do negócio; 4) os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte – ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos; 5) o estabelecimento não é só um lugar de produção, é também o lar da família agricultora; 6) a agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro, o que significa que cada estabelecimento familiar possui uma história cheia de memórias; 7) o estabelecimento familiar é o local onde experiências são acumuladas, o aprendizado tem lugar e onde o conhecimento é transmitido à geração seguinte de maneira sutil, porém determinada; 8) o estabelecimento familiar é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura, podendo assim ser considerado um patrimônio cultural; 9) a família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural, estão vinculados à localidade e são portadores dos códigos culturais da comunidade à qual pertencem; 10) o estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural, nele, pode-se trabalhar com a natureza ao invés de contra ela, valendo-se dos processos e dos equilíbrios ecológicos. A figura 2 apresenta essas qualidades vinculadas à agricultura familiar.

**Figura 2** – Dez qualidades da agricultura familiar, segundo Ploeg (2014)



Fonte: Dez qualidades da agricultura familiar p.10. Ploeg (2014)

Para Ploeg (2014) os verdadeiros estabelecimentos familiares crescem e se desenvolvem através da gestão inteligente dos recursos naturais, econômicos e humanos, bem como por meio do aprendizado inter gerencial. Isso torna essa classe diferente das demais formas de fazer agricultura. Os estabelecimentos empresariais crescem principalmente por assumir o controle de outros estabelecimentos familiares, o que pode ser considerado uma ameaça à continuidade dessas unidades.

Em contrapartida, existem diversas e importantes tendências que caminham em sentido contrário ao exposto acima sobre a dominação dos estabelecimentos familiares por estabelecimentos empresariais. Muitas unidades familiares estão se fortalecendo cada vez mais e incrementando suas rendas com o emprego de princípios básicos para o estudo do ecossistema tanto produtivo quanto de preservação, por meio da participação em novas atividades econômicas ou com a produção de novos produtos e prestação de novos serviços. Essas novas estratégias podem ser resignificadas como formas de recampesinização, pois buscam restaurar a natureza camponesa da agricultura ao fortalecimento do estabelecimento familiar.

A reconstituição das características da população rural é uma forma de defesa e fortalecimento da agricultura familiar. De acordo com Woortman (1990), que em seu trabalho busca aproximar, a partir da etnografia brasileira do campesinato, a ética camponesa de uma forma a perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, aponta que em sua perspectiva de campesinato não se vê a terra como apenas um objeto de trabalho, mas como expressão de moralidade e como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas.

Para Finatto e Salamoni (2008) as unidades produtivas por apresentarem, em sua maioria, uma menor expansão territorial o que significa a possibilidade de uma conversão total dos sistemas agrícolas convencionais para agroecológicos. Essa substituição pode ser justificada pelo próprio interesse dos agricultores, visto que de acordo com a pesquisa, foi demonstrado um interesse em ampliar a produção caso haja um suporte técnico e um sistema de comercialização que absorva os produtos cultivados.

Von der Weid (2009) afirma que para ultrapassar os fatores de insustentabilidade que marcam o sistema agrícola dominante, baseado nos princípios da chamada Revolução Verde, os novos estilos de agricultura deverão, primeiramente, ser econômicos na exploração de recursos naturais não-renováveis. Por outro lado, deverão também recuperar, melhorar e

conservar os recursos naturais renováveis, como solos e água, por exemplo, que também estão sendo destruídos pelo sistema convencional.

Nos tópicos anteriores foram avaliadas as características do agricultor familiar e o contexto atual no qual ele se encontra. Existem fatores que colocam em risco a sobrevivência dos agricultores familiares (REDIN, 2013). Pela vivência e conhecimento adquirido em gerações passadas, o agricultor familiar conhece o modo de produção e as características da terra onde ele habita (CARNEIRO, 2003). No entanto, devido ao contexto em que ele se encontra, precisa além da produção, de outros tipos de estratégias que possam garantir uma melhora na sua qualidade de vida, diminuindo assim o seu êxodo.

Além da diversificação da produção agrícola, ter novas fontes de renda: feiras livres ou turismo rural pode permitir contornar melhor períodos de crise que sofrem os agricultores. A feira livre comporta a melhora dos canais de comercialização, permitindo um maior lucro nos produtos vendidos pelo agricultor (SCHENEIDER; DA COSTA, 2013).

Além da comercialização, outra desvantagem competitiva do produtor rural frente a um agronegócio é a falta de equipamentos e infraestrutura. A possibilidade de criar associativismo ajuda a diminuir essa carência. Sperry et al. (2003) consideram que depois dos agricultores se agruparem em associações, as suas potencialidades aumentam de forma significativa.

Outro ponto a ter em conta do produtor rural é a falta de gestão e planificação para controle gerencial (SORNBERGER; KITAGAWA, 2012). Este fato pode ser devido ao baixo grau de escolaridade e a falta de tempo para se dedicar aos temas de gestão e planificação. O agricultor familiar precisa se dedicar às tarefas de produção em tempo integral, inviabilizando muitas vezes ter um controle sobre para onde destina os seus recursos.

Esta dificuldade na melhora de processos de gestão pode ser suprida por um maior conhecimento das atividades realizadas pelo produtor rural. Este conhecimento deve ser focado em dois âmbitos: 1) atividade realizada pelo produtor e 2) controle sobre onde são destinados os recursos disponíveis: equipamentos gerais, infraestrutura, recursos diretos destinados a cada tipo de produção, etc. Este conhecimento permite a diminuição dos riscos das diferentes atividades realizadas pelo produtor, por exemplo, na hora de uma previsão do lucro que pode-se obter com um determinado tipo de produção. Pode existir o risco de não conhecer qual será a quantidade de colheita realizada ou os recursos que devem aplicar na lavoura. Quanto maior for o conhecimento em relação da atividade realizada e conhecimento dos recursos necessários para a produção, melhor previsão poderá ser feita pelo agricultor em relação ao retorno da atividade.

#### 4 CONCLUSÃO

O conhecimento dos agricultores familiares a respeito dos ecossistemas em que eles operam é um capital valioso no processo de transformação e exaltação da classe agricultora. Esses saberes e experiências criativas devem ser preservados para que possam se perpetuar entre as gerações futuras que darão continuidade a esse trabalho.

O momento atual está marcado por alguns conflitos concentrados entre a grande propriedade – atualmente representada pela linha do agronegócio - e outras formas sociais de produção, entre elas a agricultura familiar de origem camponesa. Esses embates ocorrem em um contexto sob aspectos bastantes favoráveis que são: a reestruturação da democracia no Brasil que impulsionou a organização dos agricultores e possibilitou o debate nas instituições; a implementação de políticas públicas as quais reconhecem o protagonismo dos agricultores familiares e também a globalização que significou a ampliação dos horizontes dos agricultores e de seus espaços de intercâmbio.

Diante desse contexto, nota-se que a agricultura familiar está no centro de questões fundamentais postas em níveis mundial. De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada, observou-se que esses agricultores, em sua grande diversidade, têm realizado a sua parte, pois estão acumulando experiências virtuosas em suas histórias em relação ao trato da terra e da água, são capazes de se organizar e expressar seus pontos de vista e conquistarem aliados para suas causas e ainda aprenderam a dialogar com as mais diversas instituições com a finalidade de defenderem suas causas.

Embora a agricultura familiar venha sobrevivendo a contextos políticos adversos, o atual cenário é muito importante para o destino desse setor, pois condições favoráveis podem ajudá-la a atingir o seu potencial máximo. Precisamente essa é a razão que se fazem tão importantes as ações de Estado, de fóruns multilaterais, tais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento



Agrícola (FIDA) e outras organizações das Nações Unidas e também dos partidos políticos, dos movimentos sociais e da sociedade civil em seu conjunto.

Por sua vez, as políticas públicas podem fazer com que os direitos dos agricultores familiares sejam garantidos e também que sejam realizados investimentos necessários em infraestrutura, pesquisa e extensão, educação, entre outras áreas. Dessa forma, será proporcionado segurança para a classe investir cada vez mais em seus próprios negócios e com melhores perspectivas para o futuro.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2, 3 e v.29, n. 1, jan.-dez. 1998.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Brasília: BNDES. **Crédito rural**. Disponível em < <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/finalidades/credito-rural#!/>> Acesso em 21 jun. 2019.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário** - MDA. O impacto da agricultura familiar na economia brasileira. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/o-impacto-da-agricultura-familiar-na-economia-brasileira>> Acesso em: 13 dez. 2018.

BRASIL, IBGE. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2009.

BRAUM, L. M.S.; MARTINI, O. J.; BRAUN, R. S. Gerenciamento de custos nas propriedades rurais: uma pesquisa sobre o uso dos conceitos da contabilidade de custos pelos produtores. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. Uberlândia, MG. 2013.

CARNEIRO, M. J. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Mauad Editora Ltda, 2003.

CASTRO, C. N. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. 2015. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU\\_n12\\_Desafios.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf)> Acesso em: 07 jul. 2019.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, São Paulo, 2002. p. 7 e 8.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, p. 199-217, 2008.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

PLOEG, J. D. W. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, 2009. p. 17-32.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v. 2014, n. 2, p. 3-14, 2014.

REDIN, E. Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 6, n. 12, p. 111-151, 2013.

RIBEIRO, A. L. P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista GEDECON - Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. D.; SOUSA, A. A. D.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. D. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 927-935, 2013.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro**, n. 16 (abr. 2001), p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, F.; DA COSTA, M. B. B. Diagnóstico socioeconômico, produtivo e ambiental dos agroecossistemas na microbacia hidrográfica do rio Pirapora-município de Piedade/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 1, p. 217-231, 2013.

SORNBERGER, G. P.; KITAGAWA, A. A. V. Diagnóstico sobre a Utilização da Contabilidade na Gestão das Propriedades Pecuárias de Médio Porte do Município de Marcelândia/MT. **Contabilidade & Amazônia**, v. 3, n. 1, p. 45-60, 2012.

SPERRY, S.; DE CARVALHO JUNIOR, C.H.T.; MERCOIRET, Jacques. Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais. **Embrapa Cerrados**, n. 2003

VON DER WEID, J. M. Um novo lugar para a agricultura. **Construção do futuro**, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro**, p. 33-45, 2009.

WOORTMANN, K. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 87, n. 1966, p. 11-73, 1990.

### **CAPÍTULO 3 – PERCEPÇÃO SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE ALIADA AOS IMPACTOS SÓCIO ECONÔMICOS POR AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO JEQUITINHONHA**

#### **RESUMO**

Com os baixos índices de escolaridade apresentados pela população que reside no meio rural, os recursos que são distribuídos pelo governo como forma de subsídio, muitas vezes, não são aplicados de maneira eficiente. Outra barreira acarretada pela baixa escolaridade é a pouca importância despendida para práticas de promoção à saúde. Dessa forma, o estudo objetiva contribuir com a formação de agricultores familiares que residem no Vale do Jequitinhonha e estão enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do tipo B para alcançarem a maximização do resultado econômico aliado à prática de promoção à saúde. A pesquisa desenvolvida é quantitativa, do tipo observacional, com revisão de literatura no tema proposto. A coleta de dados aconteceu por meio da aplicação de questionário e após análise das respostas foi constatado que para a amostra em estudo verifica-se um equilíbrio entre homens e mulheres no campo; não há relação entre o tamanho da terra cultivada e o tipo de atividade desenvolvida; o relacionamento dos agricultores com o programa Agroamigo apresentou-se satisfatório e há tendência dos agricultores que realizarem a renovação do financiamento para continuidade de projetos.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, economia rural e desenvolvimento rural.

#### **ABSTRACT**

With the low levels of education presented by the rural population, the resources that are distributed by the government as a form of subsidy are often not applied efficiently. Another barrier caused by low education is the low importance paid to health promotion practices. Thus, the study aims to contribute to the training of family farmers who live in the Jequitinhonha Valley and are part of the National Program for Strengthening Family Farming type B to achieve the maximization of economic results combined with the practice of health promotion. The research developed is quantitative, observational, with literature review on the proposed theme. Data collection occurred through the application of a questionnaire and after analysing the answers it was found that for the study sample there is a balance between men and women in the field; there is no relationship between the size of cultivated land and the type of activity developed; The farmers' relationship with the Agroamigo program was satisfactory and there is a tendency for farmers to renew their funding for project continuity.

**Keywords:** Family agriculture, rural economics and rural development.

## 1 INTRODUÇÃO

O setor primário da economia representou 19,9% do emprego e renda do norte de Minas Gerais em 2015, segundo o anuário de Informações Socioeconômicas Estaduais do Banco do Nordeste do Brasil (2015). Conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil (2017), esse setor apresentou ainda melhor desempenho em 2017, mantendo um crescimento constante. Entre as diversas áreas do setor agrícola destaca-se a agricultura de autoconsumo, agricultores que mantêm a renda familiar baseada em uma pequena escala de produção, e a agricultura familiar, que conta com a força de trabalho da própria família para o desempenho das atividades.

O governo tem se esforçado para incentivar a agricultura de pequena escala, hoje denominada de agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um exemplo de política pública voltada para a promoção da capacidade de produção de agricultores que trabalham com o grupo familiar. Além das necessidades sociais, o programa identifica a viabilidade econômica de unidades produtivas (MIRANDA; GOMES, 2016). De acordo com Abramovay e Piketty (2005), que propuseram analisar os resultados e os limites da política de crédito do Pronaf, milhares de agricultores tiveram acesso ao crédito bancário pela primeira vez por meio do Pronaf.

Conforme o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), muitos agricultores não possuem estudo formal, o que impacta diretamente na qualidade de vida dessa classe. Esse déficit da estrutura educacional básica fomenta a multiplicação de doenças relacionadas à vacinação, tabagismo, doenças crônicas, etc.

Earle-Richardson *et al.* (2015) conduziram um estudo domiciliar na região rural do distrito de *Upstade*, em Nova Iorque, a fim de levantar dados sobre o estado e hábitos de saúde de agricultores. O estudo concluiu que a baixa escolaridade está relacionada com a deficiência nos cuidados com a saúde.

Já no trabalho de Marutani e Miyazaki (2010), que também utilizou o homem do campo de baixa escolaridade como cenário de intervenção da pesquisa, os autores apresentaram um método para aconselhamento de agricultores sobre prevenção em saúde e identificaram itens considerados pouco relevantes pela amostra pesquisada: a importância da prática de promoção da saúde; conscientização sobre os riscos das doenças; envolvimento da família na aceitação de práticas de saúde e ajuste de comportamento.

Partindo dessas informações chega-se à área e ao público de intervenção da pesquisa: agricultores e suas famílias beneficiados pelo Pronaf B. As famílias que utilizam esses recursos necessitam de um instrumento de formação e acompanhamento sobre promoção da saúde para melhorarem alguns hábitos de vida. Muitas delas não possuem uma base escolar consistente e por estarem ingressando em um programa de fomento ao empreendedorismo, faz-se necessária uma formação e acompanhamento, a fim de melhorarem a qualidade de vida e maximizarem os resultados econômicos.

A pergunta que move o trabalho é então definida: Como obter o máximo aproveitamento dos recursos econômicos aliado com práticas de promoção à saúde, buscando o estabelecimento de uma política de formação e acompanhamento funcional dos agricultores familiares inseridos no Pronaf B, a fim de melhorar seus hábitos e qualidade de vida?

O trabalho se justifica por ser um tema relevante, constando na agenda nacional de prioridades de pesquisas em saúde que aponta para estudos sobre o acesso e nível de conhecimento das populações sobre os agravos em saúde, bem como para a necessidade de substituição de processos produtivos rurais por modelos de produção mais limpos, eficientes e menos perigosos (BRASIL, 2011).

A pesquisa objetiva desenvolver uma estratégia que possa auxiliar e capacitar famílias agricultoras que utilizam o crédito rural, com foco na promoção da saúde e no impacto sócio econômico devido as boas práticas em saúde.

## 2 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa quantitativa com aplicação de questionário estruturado. Trata-se de estudo observacional embasado em uma revisão de literatura e que buscou investigar as relações existentes entre a área de intervenção e as descrições teóricas disponíveis na literatura.

O estudo foi realizado com agricultores familiares que residem no Vale do Jequitinhonha e possuem o Documento de Aptidão ao Pronaf – DAP (exemplo no Anexo D) do tipo B. Embora a região seja composta por 80 municípios, o recorte para a base amostral da pesquisa compreende as cidades de jurisdição da agência de Diamantina (MG) do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que são: Carbonita, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Rio Vermelho, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves e Serro.

A opção pela delimitação das cidades selecionadas para o estudo ocorreu pela viabilidade de atingir o público dessa região devido a obtenção de informações sobre reuniões mensais e encontros de agricultores familiares voltados para a temática de financiamentos, uma vez que são organizadas pelos agentes de microcrédito do banco em parcerias com os sindicatos locais.

Para a pesquisa, foi utilizada uma amostra de conveniência para aplicação do questionário que contemplou uma entrevista com 53 agricultores familiares. Os participantes foram contatados na reunião mensal organizada pelos agentes de microcrédito do BNB, responsáveis pela operacionalização do Agroamigo<sup>1</sup>, que acontecem nos Sindicatos dos Produtores Rurais das cidades abrangidas pelo estudo.

Os participantes elegíveis para a entrevista foram agricultores familiares que residem no norte do Estado de Minas Gerais, nas cidades selecionadas para realização da pesquisa, e são integrantes do Pronaf B, ou seja, possuem o DAP do tipo B, emitido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER). Foram entrevistados agricultores em duas fases distintas do programa: os que nunca passaram pelo

---

<sup>1</sup> **Agroamigo** é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do(a) agricultor(a) familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, cuja operacionalização conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (Inec). Tem como característica a presença nas comunidades rurais por meio dos Agentes de Microcrédito e atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores(as) familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com exceção dos grupos A e A/C. A metodologia inovadora do Agroamigo impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a equidade de gênero no campo, a inclusão financeira dos(as) agricultores(as) familiares e a redução de desigualdades. (**Fonte:** <https://www.bnb.gov.br/agroamigo>)

processo e estão financiando um projeto pela primeira vez e também aqueles que já passaram uma ou mais vezes pelo processo, finalizaram e estão renovando o empréstimo.

O estudo tem como foco a análise da relação entre o perfil sócio econômico e a percepção de saúde dos agricultores familiares. Foram mensuradas variáveis sociais, econômicas, financeiras e de saúde. A partir da verificação do perfil de famílias agricultoras que utilizam o crédito rural bem como a qualidade de vida e de saúde desses agricultores, será proposta uma intervenção comunicativa junto aos agricultores familiares, através de uma cartilha educativa produzida após identificação dos principais pontos a serem melhorados, a partir de suas percepções sobre qualidade de vida e de saúde, que possam contribuir para a maximização sócio econômica dos projetos realizados.

Para caracterização da amostra e coleta dos dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado um questionário estruturado adaptado de Larsen (2010) que se encontra anexo a este trabalho (apêndice A). Optou-se por esse documento para que o estudo tivesse um padrão de confiabilidade, sendo um modelo que já foi utilizado em pesquisas anteriores. A adaptação ocorreu pela necessidade de direcionamento das perguntas a fim de garantir que o instrumento utilizado medisse aquilo que se propõe, para que o estudo tenha validade.

Nas métricas quantitativas foram trabalhadas variáveis contínuas para atendimento da etapa de caracterização do agricultor. Para as variáveis qualitativas, foram utilizadas variáveis dicotômicas/nominais, para perguntas que possuem apenas duas possibilidades de respostas. Foram atribuídas escalas nominais para indagações mutuamente exclusivas, no caso de gênero, por exemplo.

Previamente às respostas do questionário estruturado, todos os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFVJM), que autorizou o desenvolvimento da pesquisa e atendeu à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012).

Para caracterização da amostra foram realizados cálculos de frequências absolutas e relativas para as informações sobre: faixa etária, sexo, escolaridade, composição do grupo familiar, situação legal da terra e tamanho, material predominante da residência e estado de conservação. Além desses, foram analisadas também a prestação de serviço público, qualidade e disponibilidade da água e serviços essenciais juntamente com meios de locomoção.



Para os testes estatísticos que foram produzidos após a coleta de dados, foram realizados testes do qui-quadrado e regressão linear, conforme necessidade de cada análise e visando atender aos objetivos propostos no estudo. Os dados foram inseridos e processados por meio do programa de planilha eletrônica Excel (Microsoft Office®, versão 2010).

Para realização da pesquisa foram realizadas etapas, iniciando pela pesquisa bibliográfica para escrita dos capítulos 1 e 2 que objetivam buscar embasamento para realização da pesquisa de campo.

Logo após foi iniciada a coleta, que contou inicialmente com a realização de um treinamento com os três agentes de microcrédito, que são responsáveis pela região delimitada para o estudo, com o objetivo de explicá-los sobre a pesquisa e também orientá-los quanto ao correto preenchimento do questionário e abordagem junto ao agricultor.

A coleta de dados foi iniciada na cidade de Diamantina, pelo próprio pesquisador juntamente com o agente de microcrédito responsável pela cidade. Após realizado o primeiro contato, o questionário foi aplicado nas demais cidades selecionadas para o estudo.

A abordagem inicial com os produtores rurais sempre buscou orientá-los sobre a realização da pesquisa e consultá-los quanto a disponibilidade e interesse na participação respondendo ao questionário. Após ser aceita a participação de cada entrevistado, o TCLE era assinado e dessa forma dava-se início à entrevista.

Após finalização da etapa das entrevistas, os dados foram reunidos em planilhas eletrônicas e analisados em forma de dados estatísticos. Os dados obtidos foram fundamentais para a avaliação sobre a qualidade de vida dos produtores baseado na metodologia multicritério (LAUGHTON et al., 2017). Após realizada a análise e interpretação dos dados, foram extraídas as informações mais relevantes para elaboração da cartilha.

As informações foram confrontadas com o perfil dos produtores traçado no capítulo 1 deste trabalho e também com dados secundários, disponíveis na literatura, para análise da relação das variáveis estudadas e comparação dos resultados com outros trabalhos realizados anteriormente em amostras semelhantes.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do presente estudo 53 agricultores familiares que residem nas cidades atendidas pela jurisdição da agência do BNB de Diamantina e que foram delimitadas como área para a pesquisa. Diversas são as atividades de produção realizadas e que foram apontadas pelos produtores, entre elas: criação de gado para produção de leite, avicultura, olericultura e fruticultura. Mesmo diante da diversificação de atividades, a média da renda mensal agrícola apresentada foi de R\$ 598,90 e a proveniente de outras fontes (excluindo-se a agrícola) foi de R\$ 868,37, ambas abaixo do valor do salário mínimo praticado atualmente.

A tabela 1 apresenta os dados para caracterização sociodemográfica dos agricultores familiares. A amostra apresentou equilíbrio entre homens e mulheres que trabalham no campo, sendo a predominância de pessoas do sexo masculino (57%). Esse resultado é semelhante ao estudo feito por Brisola (2002), com produtores rurais do Triângulo Mineiro e de Brisola et al. (2009) que realizaram a pesquisa com produtores do Noroeste de Minas Gerais. Ambos estudos encontraram o domínio do homem como peça central para o andamento e desenvolvimento das atividades rurais.

No entanto, para a amostra estudada destaca-se a quantidade expressiva da participação de mulheres no campo apresentando percentual próximo ao de homens. Dessa forma, obtém-se que para a amostra não pode ser confirmada a disparidade de gênero apresentada pelos Censos de 2006 e 2017, que identificaram o domínio da área por produtores do sexo masculino.

A faixa etária que contempla a maior parte dos entrevistados foi a de 51 a 70 anos (43%), o que demonstra domínio do setor por pessoas na fase adulta e idosa. A composição familiar apresentou-se com participação de homens e mulheres com idade entre 25 a 59 anos, seguido por homens acima de 60 anos.

Embora a população brasileira esteja passando por um processo de envelhecimento, o dado obtido pode alertar para uma possível saída dos jovens produtores do campo. De acordo com o trabalho de Ferrari et al.(2004), realizado em unidades de produção familiares em Santa Catarina, constatou-se que os jovens com menor nível de escolaridade são os mais propensos a continuarem no meio rural. Os autores apontam que principalmente para os jovens nascidos nas duas últimas décadas e que mantêm os estudos de forma regular, a perspectiva para permanência no campo vem sendo substituída por novas possibilidades.

Em relação à escolaridade, 45% dos entrevistados alegaram ter estudado apenas até o ensino fundamental I. Esse indicador corrobora com a média nacional apresentada pelo

Censo Agropecuário de 2017. Apenas um agricultor respondeu a questão como outro e trata-se de indivíduo que não recebeu nenhuma instrução e nunca frequentou a escola, sendo representado por procurador durante todo o processo da entrevista, bem como também durante o processo de crédito.

**Tabela 1** – Caracterização sociodemográfica dos agricultores familiares entrevistados

<b>Variáveis</b>	<b>N (%)</b>
<b>Sexo</b>	
Masculino	30 (57)
Feminino	23 (43)
<b>Faixa etária</b>	
20 a 30	10 (19)
31 a 50	20 (38)
51 a 70	23 (43)
<b>Escolaridade</b>	
Alfabetização	3 (6)
Ensino fundamental I	24 (45)
Ensino fundamental II	8 (15)
Ensino médio completo	6 (11)
Ensino médio incompleto	9 (17)
Superior completo	2 (4)
Outro	1 (2)
<b>Composição do grupo familiar</b>	
Estudantes 18 a 24 anos	2 (2)
Não estudantes 7 a 13 anos	1 (1)
Não estudantes 14 a 17 anos	2 (2)
Não estudantes 18 a 24 anos	5 (4)
Homens 25 a 59 anos	50 (45)
Homens > 60 anos	14 (13)
Mulheres 25 a 59 anos	30 (27)
Mulheres > 60 anos	8 (7)
<b>Condição legal da terra</b>	
Arrendada	10 (19)
Parceria	6 (11)
Própria	37 (70)
<b>Tamanho da terra (ha)</b>	
Até 1	11 (21)
Acima de 1 até 5	30 (57)
Acima de 6 até 10	5 (9)
Acima de 10	7 (13)
<b>Material predominante da residência</b>	
Alvenaria	26 (51)
Madeira	6 (12)
Misto (madeira/alvenaria)	14 (27)

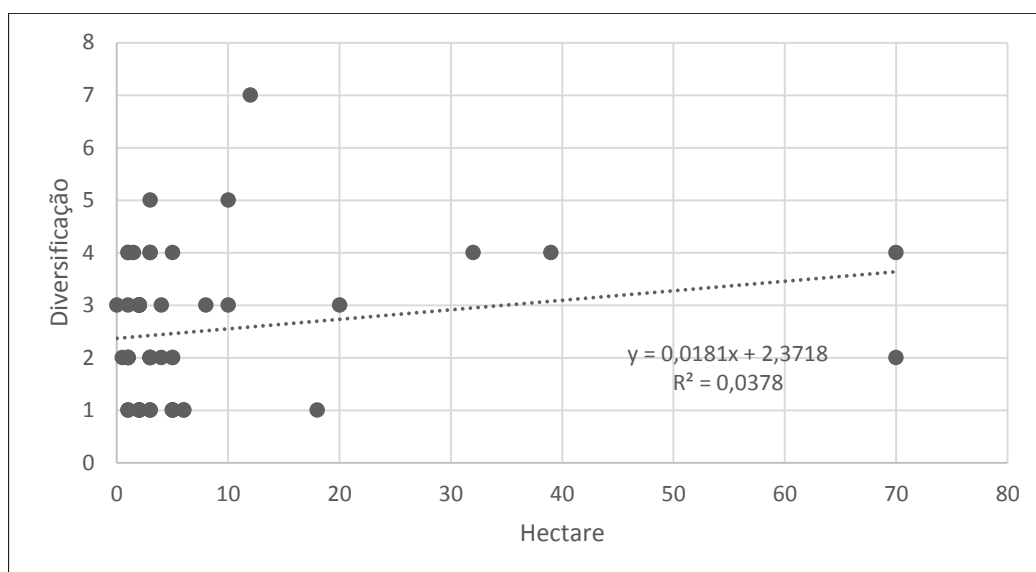
Outro	5 (10)
<b>Estado de conservação</b>	
Excelente	4 (8)
Bom	23 (46)
Razoável	7 (14)
Regular	15 (30)
Sofrível	1 (2)

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

A condição legal da terra seguiu a tendência apresentada pelos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, sendo representada por um percentual de 70% dos agricultores que trabalham em terra própria. Esses estabelecimentos possuem entre 0,007ha e 70ha e uma média de 7,62 um ou outro, com moda de 2ha, ou seja, a medida que mais se repete, e mediana de 3ha. Para os municípios que foram foco de estudo, todas as cidades apresentaram o módulo fiscal estabelecido pelo INCRA de 40 hectares, com exceção do município de Rio Vermelho que para cada 24 hectares de terra, obtém-se um módulo fiscal. Todos enquadram-se no tamanho definido para agricultores familiares pela Lei nº 11.326/2006 que limita o tamanho da terra de agricultores familiares a no máximo quatro módulos fiscais<sup>2</sup>.

Com as variáveis ‘tamanho da terra’ e ‘tipo de atividade desenvolvida’, foi realizada uma correlação e regressão linear entre ambas afins de identificar se existe alguma relação, o nível de influência e o quanto uma variável explica a outra. De acordo com o gráfico 5, constatou-se que as variáveis não desempenham relação, apresentando um coeficiente de determinação de 3,7%, ou seja, o tamanho da propriedade determina apenas 3,77% da diversificação da atividade.

<sup>2</sup> **Módulo fiscal** é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. (Fonte: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>)

**Gráfico 5** – Correlação entre o tamanho da terra e a diversificação da atividade

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Sobre a qualidade da moradia, 67% afirmaram que o material predominante é a alvenaria e 17% informaram que residem em casa feita de madeira (tabela1). Aos dois entrevistados que apontaram outro tipo de material como o predominante, ambos informaram que tratavam-se de casa feita com terra batida e quanto ao estado de conservação, um classificou como bom e o outro como um estado sofrível, com muitos problemas.

Há uma disparidade sobre a percepção da qualidade das moradias. Em um estudo realizado por Martins et al.(2007) que buscava avaliar a Qualidade de Vida Subjetiva (QVS), ou seja, o quanto uma pessoa está satisfeita ou não com a qualidade da sua vida, os autores avaliaram idosos do meio urbano e rural e constataram que as condições de vida não influenciam nessa percepção. Cada indivíduo carrega consigo as próprias constatações e percepções a partir de suas experiências.

O material predominante das residências é alvenaria e 46% dos agricultores apontaram o estado de conservação como bom. Alguns entrevistados informaram a realização de reformas recentes na propriedade e as principais foram: construção de curral, terreiro para aves e aumento das áreas de cozinha e banheiro. A maioria revelou que possui equipamentos básicos como fogão a gás, geladeira, liquidificador, rádio, entre outros.

Em relação ao abastecimento de água, a predominância foi de água originária de mina d'água, fonte, córrego, rio ou açude, obtida por meio de operação manual (47%). Um total de 88% das residências possui sanitário dentro de casa, no entanto ainda é comum encontrar casas que se utilizam de sanitários externo à residência (tabela 2).

Apenas uma parte dos dejetos é destinada para a rede pública, sendo a maior parte lançada em fossas sépticas de tanques fechados e de dejetos lançados diretamente, conforme apresentado na tabela 2. Um dado que também chama a atenção é o fato de uma residência ter apresentado como destino dos dejetos o lançamento e canalização desse material em rios, córregos e ribeirão. Esse descarte irregular de esgoto contribui para a proliferação de doenças no ambiente e além disso é considerado crime ambiental devido ao prejuízo causado à natureza.

A falta de saneamento básico nas regiões é um fator preocupante, uma vez que a indisponibilidade desse serviço pode acarretar em doenças e, dessa forma, superlotar as unidades básicas de saúde. O estudo de Ludwing et al.(1999), abordou sobre a correlação entre as condições de saneamento básico, expressos pelo número de ligações de água e esgoto, e a frequência de parasitoses intestinais em uma população da cidade de São Paulo, foi identificado que houve queda na frequência de parasitoses nos postos de atendimento sanitário no período de 1990 e 1992 que coincidiu com o aumento de ligações de água e esgoto na região.

**Tabela 2** – Prestação de serviços públicos de acordo com os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha entrevistados

Variáveis	N (%)
<b>Abastecimento de água</b>	
Rede pública	5 (10)
Mina d'água, fonte, córrego, rio, açude	
– Operação manual	24 (47)
– Operação mecânica	8 (16)
Poço comum	
– Operação manual	3 (6)
– Bomba elétrica	7 (14)
Poço artesiano com bomba elétrica	3 (6)
Outros	1 (2)
<b>Sanitário utilizado na residência</b>	
Dentro da residência	45 (88)
Externo (anexo à residência)	6 (12)
<b>Destino dos dejetos (esgoto)</b>	
Jogado/canalizado para o rio/córrego/ribeirão	1 (2)
Fossa séptica	
– Tanque fechado	25 (49)
– Dejetos lançados diretamente	17 (33)
Rede pública	8 (16)
<b>Iluminação</b>	

Rede pública	48 (94)
Outro	3 (6)
<b>Destino do lixo comum</b>	
Queima	38 (75)
Recicla e destina para a coleta	3 (6)
Coleta pública	5 (10)
Enterra	5 (10)
<b>Destino do lixo orgânico</b>	
Enterra	4 (8)
Recicla	33 (65)
Queima	11 (22)
Destina para a coleta pública	2 (4)
Joga em terreno/rio	1 (2)

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Para a origem da iluminação utilizada na casa onde reside a família, as respostas apontaram que 94% conta com a rede elétrica, elegendo esse como o índice que apresentou melhor desempenho em atendimento da população agricultora que participou do estudo, em se tratando de prestação de serviço público. Apenas três entrevistados responderam a questão como ‘outros’, entre eles dois afirmaram que fazem uso da energia solar, que é uma fonte renovável que vem ganhando cada dia mais destaque entre os produtores rurais, e um informou que utiliza a energia da casa do sogro.

Os resíduos sólidos orgânicos em sua maioria são aproveitados na reciclagem (65%). Já o lixo comum, na ausência da coleta pública, é queimado em 75% dos casos. Ainda que o tema sustentabilidade esteja em evidência, o hábito de realizar a queima do lixo permanece muito comum, principalmente no meio rural. Essa prática pode ser realizada devido à falta de conhecimento sobre os efeitos da emissão de poluentes através dessa queima como também pela ausência de alternativas.

A queima do lixo, além de desperdiçar materiais que poderiam servir para reciclagem, produz uma fumaça tóxica, quando há presença de materiais plásticos. A inalação dessa fumaça pode acarretar em diversos problemas de saúde, como respiratório por exemplo, e torna-se mais grave ainda para quem possui contato direto com essa atividade. Além disso, a prática contribui para agravar os efeitos das mudanças climáticas.

A Lei nº 9.605 de 1998, que trata sobre crimes ambientais e busca estimular a adoção de novos padrões de consumo e estilo de vida dispõe que a poluição de qualquer natureza que possa resultar em danos à saúde humana é tratada com gravidade e prever penalidades no sistema penal para quem a pratica, podendo implicar na reclusão de um a quatro anos (BRASIL, 1998).

Alencar (2005) chama a atenção para a realização de práticas que envolvam a classificação e separação do lixo para que seja possível a realização da coleta seletiva. Com essa prática, vislumbra-se evitar desperdícios e estragos, buscando realizar uma destinação correta desses resíduos. Atualmente essa prática vem sendo difundida em países de industrializados e desenvolvidos enquanto que os países em desenvolvimento a realizam de maneira rudimentar.

Em relação a qualidade da água, a maioria dos entrevistados classificaram como boa (84%) e afirmaram que a utilizam tanto para fins residencial como agrícola. Quanto a disponibilidade, 43% consideram-na como suficiente (tabela 3).

Um dado que inicialmente se apresenta preocupante é o de que 90% desses agricultores utilizam a água da forma que ela chega à residência e alegaram que não realizam nenhum tipo de desinfecção. Essa atitude pode acarretar também em várias doenças tanto a curto quanto a longo prazo. Sobre os que responderam que fazem desinfecção da água, foi alegado que realizam através de filtros e também lavando a caixa d'água algumas vezes.

**Tabela 3** – Qualidade e disponibilidade da água de acordo com os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha entrevistados.

Variáveis	N (%)
<b>Qualidade da água</b>	
Boa	43 (84)
Ótima	4 (8)
Razoável	4 (8)
<b>Disponibilidade da água</b>	
Baixa	5 (10)
Média	11 (22)
Alta	13 (25)
Suficiente	22 (43)
<b>Fazem a desinfecção da água</b>	
Sim	5 (10)
Não	46 (90)

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

No estudo realizado por Rocha et al. (2006), que avaliou a qualidade da água e a percepção higiênico-sanitária na área rural da cidade de Lavras, sul de Minas Gerais, os autores identificaram que a água utilizada na região para finalidade de consumo doméstico e também agrícola oferece risco à saúde da população estudada. Na pesquisa, concluiu-se que o



uso de água proveniente de poços rasos que objetivem o consumo residencial e agrícola não é recomendada sem o devido tratamento.

A falta de conhecimento higiênico-sanitário bem como a percepção sobre a importância do assunto podem ser fatores cruciais para falta de opção de formas de destinação do lixo, de dejetos e ausência de cuidados com o tratamento da água consumida. Essas escolhas também estão associadas com a escolaridade de cada pessoa (ROCHA et al. 2006).

A tabela 4 apresenta a disponibilidade dos serviços de atendimento médico, odontológico, educação e transporte. Os resultados apontaram que a população possui acesso a atendimento médico (57%) e educação (62%) através da rede pública, no entanto 65% dos agricultores não tem acesso ao serviço odontológico.

A saúde bucal também é parte essencial para a saúde geral do indivíduo, sendo fator determinante para a qualidade de vida. Seus agravos desencadeiam em problemas para a saúde pública, enquanto deveriam ser assuntos previamente identificados e prevenidos por meio da parceria entre as comunidades, profissionais e políticas públicas efetivas. Segundo o estudo de Mello et al. (2005), dados sobre a saúde bucal de populações rurais são escassos, o que dificulta a elaboração de programas e estratégias para controlar esses agravos nesse segmento populacional. No estudo de Mialhe et al. (2008) os autores auferiram que os moradores da localidade rural estudada já tiveram acesso ao tratamento odontológico pelo menos uma vez na vida, porém ocorreu para a realização de tratamento do tipo invasivo.

**Tabela 4** – Serviços de atendimento médico, odontológico, de educação e transporte de acordo com os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha entrevistados.

<b>Variáveis</b>	<b>N (%)</b>
<b>Atendimento médico</b>	
Público	29 (57)
Sem acesso	22 (43)
<b>Atendimento odontológico</b>	
Privado	1 (2)
Público	17 (33)
Sem acesso	33 (65)
<b>Educação</b>	
Público	31 (62)
Sem acesso	19 (38)
<b>Transporte</b>	
Privado	1 (2)
Público	29 (57)
Sem acesso	20 (39)
Público/privado	1 (2)

<b>Meios de transporte que a família dispõe</b>	
Bicicleta	1 (2)
Carroça/cavalo	3 (6)
Motos e assemelhados	15 (29)
Um veículo (passeio/transp. de merc.)	6 (12)
Mais de um veículo (passeio, transp.)	2 (4)
Sem meio de locomoção próprio	24 (47)

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Em geral os agricultores familiares relataram não possuir nenhum meio de locomoção próprio e alegaram utilizar o transporte público que é disponibilizado pelas prefeituras das cidades.

Quando foram questionados sobre férias, 92% responderam que nunca tiram um período para descansar e que nem lembram quando foi a última vez que reservaram alguns dias prolongados para fazer alguma atividade de lazer. Geralmente utilizam apenas o domingo para descansar e nesses momentos costumam ir à igreja, andar a cavalo, reunir os amigos para pescar, entre outras atividades.

A associação entre a percepção sobre o estado de saúde e um período prolongado de descanso é essencial para um melhor planejamento de saúde como também do funcionamento do negócio em si devido a adoção de comportamentos promotores de saúde. Uma pesquisa realizada por Araújo et al. (2011), que objetivava explorar a relação entre estilos de vida e auto avaliação de saúde com idosos do meio rural e urbano, mostrou divergências entre essas percepções. Os estilos de vida avaliados foram: atividades físicas de lazer, tabaco, álcool e consumo de frutas e vegetais. Como resultado do estudo, os autores mostraram que para os idosos da área rural a auto avaliação da saúde ruim estava associada à pouca prática de atividade física no lazer, já na área urbana um fator que foi considerado como contribuinte para a saúde ruim está associado ao consumo de bebidas alcoólicas.

Essas diferenças de percepções e associações entre os indivíduos de áreas urbanas e rurais podem ser um dos fatores que justificam a opção da amostra deste estudo pela não utilização de férias. Um período prolongado de descanso pode contribuir para uma melhoria na sensação de bem estar dos indivíduos e um melhor retorno ao desempenho das atividades do campo. No entanto, esse dado também pode ser interpretado como uma falta de opção, uma vez que a vida intensa de trabalho no campo ainda oferece um baixo retorno financeiro, alguns dias de descanso podem comprometer ainda mais o resultado financeiro da família.'

Na sucessão familiar a opinião ficou dividida: 25% dos agricultores entrevistados apontaram para o desejo de que os filhos continuem trabalhando na propriedade com

atividades agrícolas. Por outro lado, 20% responderam que desejam que o filho deixe a propriedade rural e busque alguma ocupação nos centros urbanos, seguido de 14% que apontaram que os filhos já são desligados da atividade rural. Uma pequena parte de 10% respondeu que pretende que o filho continue na propriedade rural, porém trabalhe fora com outras atividades e outros 10% afirmaram que espera que o filho deixe a propriedade, mas continue trabalhando no meio rural. Aos que responderam a opção ‘outros’, justificaram não possuir filho.

Abramovay et al. (2001) realizaram um estudo em que entrevistaram pais e filhos agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina, buscando identificar qual a visão de cada um em relação à sucessão familiar da propriedade. Os resultados apontaram que mesmo nos casos daqueles empreendimentos que vivem em unidades com baixo rendimento econômico, ainda assim há um grande desejo de dar continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes, porém há uma visão bastante negativa das moças a respeito dessa alternativa profissional e demonstraram maior desejo pela inserção urbana.

Quando o foco dos entrevistados voltou-se para os pais, observou-se que a influência familiar nessas decisões está intimamente relacionada aos níveis de renda e escolaridade dos entrevistados. As famílias de agricultores consolidados e em transição incentivam os filhos a permanecer na atividade rural, já aquelas consideradas como periféricas apresentaram o maior índice de incentivo para os filhos buscarem uma outra atividade longe do campo (ABRAMOVAY et al. 2001). Nesse caso, a justificativa maior pontuada foi relacionada à pobreza no campo.

Dos 53 produtores rurais que foram entrevistados, 49 afirmaram que acreditam que os agrotóxicos são prejudiciais à saúde e 4 disseram não acreditar que esses produtos podem trazer danos à saúde. Do total, quatro entrevistados afirmaram que fazem uso de algum tipo de agrotóxico em seus negócios rurais. Um dado apresentado pelo Censo Agropecuário de 2017 apontou para o crescimento em 20,4% do total de produtores em geral que utilizam agrotóxicos, chegando a 1,7 milhão de usuários (IBGE, 2017).

A relação dos agricultores com o programa Agroamigo apresenta-se boa, uma vez que 96% dos entrevistados concordaram que as informações repassadas pelos agentes são claras e suficientes. Quando questionados sobre o prazo para pagamento das parcelas, 88% concordam que é totalmente adequado e a maioria (74%) também concorda que o valor disponibilizado pelo programa é adequado.

No total de 77% estão realizando a renovação do financiamento e 23% estão utilizando o crédito pela primeira vez. Do total de agricultores entrevistados, 72% estão dando

continuidade em um projeto já iniciado anteriormente e 28% estão iniciando um projeto novo. Uma igual fração de 46% dos agricultores afirmou que realizaram o plano de negócios na cabeça e a outra parte justificou que foi idealizado através da própria experiência no ramo da atividade. Apenas 8% informaram que escrevem no papel todo o planejamento do negócio.

Foi realizada análise por meio do teste estatístico do qui-quadrado que buscou verificar se existe uma relação entre os agricultores familiares que estão renovando o financiamento e o fato de estarem dando continuidade em um projeto. Partindo da hipótese de que existe relação esperava-se obter um  $p > 0,05$ . A hipótese alternativa, de que não existe relação entre as variáveis qualitativas, ficaria confirmada caso o  $p \leq 0,05$ .

Após organização dos dados em ‘valores obtidos’ e ‘valores esperados’ foi realizado o teste e obtido o valor de p de 0,88. Dessa forma, foi aceita a hipótese de que existe relação entre os agricultores que estão renovando o financiamento e a continuidade do projeto. Para esses agricultores, conclui-se que a renovação do crédito para a reinvestimento no projeto é considerada como caso de sucesso no empreendimento rural.

Para a organização financeira em relação ao pagamento das parcelas do financiamento, muitos responderam que se organizam juntando uma quantia mensal de dinheiro para facilitação no dia do pagamento da parcela. O dinheiro obtido nas vendas do negócio rural é usado para custeio das despesas pessoais e também para reinvestimento na atividade. A maior parte dos produtores (83%) não considera que existe risco no projeto e os demais que consideram o risco, afirmaram que não possuem outro planejamento para outra atividade.

Não foi mencionado, por nenhum entrevistado, um cuidado maior em relação à organização financeira. Não existe um controle, por parte deles, com registros dos valores totais de vendas e também das despesas do período, separadas pelo tipo (despesas do negócio e despesas pessoais). Essa falta de controle do orçamento dificulta o planejamento para a ampliação do negócio, uma vez que os produtores não conseguem se programar financeiramente sem que isso afete o desempenho do negócio.

## 4 CONCLUSÃO

Inúmeras são as contribuições da agricultura familiar para o país, tanto voltadas para a área econômica como também para a diversificação de produtos. O trabalho buscou a identificação dos gargalos no processo de maximização dos recursos econômicos entre os produtores rurais, como também quais são as atividades realizadas voltadas para a promoção da saúde.

A pesquisa contou com a participação de 53 agricultores familiares que residem no Vale do Jequitinhonha e desempenham atividades diversas entre criação de animais e agrícolas. Com os dados obtidos foi possível traçar o perfil desses produtores bem como identificar algumas etapas no processo de gerenciamento do negócio que podem ser melhoradas a fim de potencializar as atividades desenvolvidas no empreendimento rural.

A amostra do trabalho apresentou um equilíbrio entre homens e mulheres presentes no campo, com faixa etária média entre 51 a 70 anos e escolaridade de conclusão do ensino fundamental I. A maioria possui a propriedade da terra onde trabalham, residem em casa cujo material predominante é a alvenaria e foram consideradas em bom estado de habitação.

Não foi identificada relação entre o tamanho da propriedade em que o agricultor trabalha e o tipo de atividade desenvolvida, porém ficou compreendido que o relacionamento junto ao programa Agroamigo é bom. Uma confirmação para esse dado pode estar apoiada no fato de que a maior parte dos produtores que estão renovando o financiamento trata-se de continuidade de um projeto.

A água utilizada para consumo agrícola e residencial é proveniente de mina d'água, fonte, córrego, rios e açudes e, é obtida, em sua maioria, através de operação manual e não é realizado nenhum tipo de desinfecção. Os dejetos são lançados em fossas sépticas e os resíduos sólidos geralmente é queimado. Esses costumes que foram pontuados pelos entrevistados são grandes questões influenciadoras para o desenvolvimento de doenças no aparelho digestivo, pulmonar, entre outras.

Por meio dessas informações obtidas foi elaborada uma cartilha com o objetivo de ser repassada aos pequenos agricultores, foco da pesquisa, uma contribuição para o desenvolvimento de novas técnicas de aproveitamento de recurso de maneira mais saudável e sustentável.

A pesquisa apresenta relevância uma vez que identifica as perspectivas, gargalos e também os êxitos no desenvolvimento do processo que ocorre com os produtores rurais desde

o momento em que eles estão iniciando no programa para receberem o crédito até o momento em que essa quantia se transforma em retorno para os mesmos e eles voltam a renovar o financiamento.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. SILVESTRO, M. L., MELLO, M. A. D., DORIGON, C., BALDISSERA, I. T. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. v. 39, 2001.

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e Limites da Experiência Brasileira nos Anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

ALENCAR, M. M. M. Reciclagem de lixo numa escola pública do município de Salvador. **Revista Virtual**, v. 1, n. 2, p. 96-113, 2005.

ARAÚJO, J.; RAMOS, E.; LOPES, C. Estilos de vida e percepção do estado de saúde. **Acta Médica Portuguesa**, v. 24, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inflação**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/direita.asp?idioma=P&ano=2017&acaoAno=ABRIR&mes=03&acaoMes=ABRIR>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BANCO DO NORDESTE. **Perfil Norte MG**. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1381735/Perfil\\_Norte\\_MG.pdf/5ea60fa0-7ab7-31d4-9253-556cfd89f7f1](https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1381735/Perfil_Norte_MG.pdf/5ea60fa0-7ab7-31d4-9253-556cfd89f7f1)>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. 2. Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 68 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

BRASIL, IBGE. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. **Diário Oficial {da República Federativa do Brasil}**, 1998.

BRASIL, IBGE. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial {da República Federativa do Brasil}**, 2006.

BRISOLA, M. V. **Valores sócio-culturais fundamentais à formação de alianças estratégicas na pecuária de corte**: um estudo de caso. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade Cenecista de Varginha - FACECA, Varginha, 2002.

BRISOLA, M. V. MEDEIROS, J. X. LEITÃO, F. O. O papel das instituições e a racionalidade dos contratos: uma reflexão sobre a influência do ambiente institucional nas

relações mercadológicas do setor rural. **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração, e Sociologia Rural (SOBER)**. p.9. Porto Alegre, 2009.

EARLE-RICHARDSON, G. SCRIBANI, M., SCOTT, E., MAY, J., JENKINS, P. A comparison of health, health behavior, and access between farm and nonfarm populations in rural New York State. **The Journal of Rural Health**, v. 31, n. 2, p. 157–164, nov. 2015.

FERRARI, D. L. SILVESTRO, M. L., DE MELLO, M. A., TESTA, V. M., ABRAMOVAY, R. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 2, p. 241. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

LARSEN, D. **Diagnóstico do saneamento rural através de metodologia participativa. Estudo de caso: Bacia contribuinte ao reservatório do Rio Verde, região metropolitana de Curitiba, PR. 2010** Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26294/Diagnostico%20do%20Saneamento%20Rural%20Atraves%20de%20Metodologia%20Participativa%20-%20Estudo%20de%20Caso%20-%20Bacia%20do%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 17 jun. 2018.

LAUGHTON, J.C.; PASSOS, R.P.; PRAT, B.V. Método de evaluación de la calidad de vida de los quilombolos em Brasil. **Economia, Sociedad y Territorio**, v. XVII, n. 55, p. 647-682, 2017.

LUDWIG, K. M., FREI, F., ALVARES FILHO, F., RIBEIRO-PAES, J.T. **Correlação entre condições de saneamento básico e parasitoses intestinais na população de Assis, Estado de São Paulo**. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, p. 547-555, 1999.

MARTINS, C. R., DE ALBUQUERQUE, F. J. B., GOUVEIA, C. N. N. A., RODRIGUES, C. F. F., DE SOUZA NEVES, M. T. Avaliação da qualidade de vida subjetiva dos idosos: uma comparação entre os residentes em cidades rurais e urbanas. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 11, p. 137. 2007.

MARUTANI, M.; MIYAZAKI, M. Research Article: Culturally sensitive health counseling to prevent lifestyle-related diseases in Japan. **Nursing & Health Sciences**, v. 12, n. 3, p. 392-398, 2010

MELLO, T. R. C.; ANTUNES, J. L. F.; WALDMAN, E. A. Áreas rurais: pólos de concentração de agravos à saúde bucal? **Arquivos de Medicina**, v. 19, n. 1-2, p. 67-74, 2005.



MIALHE, F. L.; DE OLIVEIRA, C. S. R.; DA SILVA, D. D. Acesso e avaliação dos serviços de saúde bucal em uma localidade rural da região sul do Brasil. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 10, n. 3, p. 145-149, 2008.

MIRANDA, D.L.R; GOMES B.M.A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 28, n. 3, p. 397-408, set./dez. 2016.

PAULINO, E. J. et al, A agricultura familiar em um município do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento Social**, n.13, p. 5-20, 2014. Acesso em: 01 nov. 2017.

PORTAL BRASIL. **Economia e Emprego**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/industria-e-agropecuaria-lideram-crescimento-em-2017>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

ROCHA, C. M. B. M. et. al. Avaliação da qualidade da água e percepção higiênico-sanitária na área rural de Lavras, Minas Gerais, Brasil, 1999-2000. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, p. 1967-1978, 2006.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deseja-se que a pesquisa contribua com os agricultores rurais, não só locais, mas também todos aqueles que tenham interesse em melhorar o resultado econômico alinhado com práticas de promoção a saúde. Estima-se que os resultados sejam utilizados de forma que agregue conhecimento e melhores práticas para realização das atividades rotineira, contribuindo, dessa forma, para que haja uma melhoria da qualidade de vida dessa população juntamente com a melhora do resultado econômico.

Como contribuição para a comunidade acadêmica, o primeiro capítulo desse TCM foi submetido ao periódico “Revista Cerrados”, *qualis* B4 na área de Ciências Humanas e Multidisciplinar e está aguardando aprovação para publicação. Uma extensão desse capítulo, em formato de resumo, foi publicada nos anais da VII Semana de Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão (SINTEGRA) da UFVJM.

Um outro artigo relacionado com esta dissertação e intitulado como “Dicas para a eficiência do negócio rural: a maximização do resultado com a diminuição de custos” que tem a temática mais voltada ao *Project Managment* foi aprovado para apresentação no V Seminário Nacional População, Espaço e Ambiente que ocorrerá em agosto, na cidade de Diamantina-MG.

Os capítulos dois e três posteriormente serão submetidos a outros periódicos relacionados ao assunto da agricultura familiar.

Sugere-se como tema para trabalhos futuros a realização de um estudo sobre a viabilidade de implantação de placas fotovoltaicas em residências de agricultores familiares e analisar o impacto econômico e ambiental desse processo. O Estado de Minas Gerais possui solaridade adequada para a geração da energia solar o que contribui para a realização desse processo. Embora ainda seja uma alternativa que possui custo alto, o governo federal dispõe de incentivos para quem deseja realizar esse tipo de investimento.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA COLETA DE DADOS

## 1- IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

<b>Residência/Terra:</b>	Própria ( ) Arrendamento ( ) Parceria ( ) Ocupação ( ) Cedida para Terceiros ( ) Aluguel ( )	<b>Área (m<sup>2</sup>):</b>
<b>Sexo:</b>	Masculino ( ) Feminino ( )	<b>Idade:</b>
<b>Instrução:</b>	Alfabetização ( ) Ensino Fundamental I ( ) Ensino Fundamental II ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Superior Incompleto ( ) Superior Completo ( ) Outro: (descrever situação atual)	
<b>Renda Mensal Agrícola:</b>		<b>Renda Mensal Não Agrícola:</b>
		<b>Valor total:</b>

## 2 - MÃO DE OBRA EXTRA-FAMILIAR (TEMPORÁRIA e PERMANENTE)

## 2.1 – DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADE / OPERAÇÃO	Nº de Pessoas	Nº de Dias

## 2.2 - QUANTIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR

Número

## SEXO e IDADE

Crianças menores de 7 anos	
Estudantes 7 a 13 anos	
Estudantes 14 a 17 anos	
Estudantes 18 a 24 anos	
Não Estudantes 7 a 13 anos	
Não Estudantes 14 a 17 anos	
Não Estudantes 18 a 24 anos	
Homens 25 a 59 anos	
Homens > 60 anos	
Mulheres 25 a 59 anos	
Mulheres > 60 anos	
<b>Total:</b>	

## 3 – INVENTÁRIO DO ATIVO RURAL

## 3.1 - Uso Atual da Área

Área (m<sup>2</sup>)

EXPLORAÇÃO	Área (m <sup>2</sup> )
Área de Olerícolas	
Lavouras Anuais	

<b>Lavouras Permanentes</b>	
<b>Pastagens Cultivadas</b>	
<b>Pastagens Naturais</b>	
<b>Capineiras</b>	
<b>Área de Preservação Permanente</b>	
<b>Matas e Florestas (naturais)</b>	
<b>Matas Plantadas (reflorestamento)</b>	
<b>Pousio</b>	
<b>Terras inaproveitáveis</b>	
<b>Açudagem</b>	
<b>Arrendamento para Terceiros</b>	

### 3.2 – Benfeitorias

Descrição	Anos	m2

### 3.3 – Animais (não considerar animais de tração)

Tipo	Número

### 3.4 – Máquinas, Equipamentos e Animais de Tração

Descrição:	Número

## 4 – QUALIDADE DE VIDA

### 4.1 - Moradia (somente moradia principal, dentro ou fora do estabelecimento rural)

Área (m <sup>2</sup> ): _____	Ano de construção: _____
Material predominante:	Estado de Conservação:
Alvenaria	Excelente (novo ou em estado de novo)
Madeira	Bom (com pouco desgaste ou totalmente utilizável)
Metálico	Regular (desgastado, mas ainda utilizável)
Misto (madeira/alvenaria)	Razoável (com alguns problemas)
Outros:	Sofrível (com muitos problemas)
	Péssimo (não utilizável)

**4.2 - Abastecimento d'água utilizado na casa onde reside a família**

Rede Pública		Mina d'água, fonte, córrego, rio, açude - Op. manual	
Poço Artesiano c/ bomba elétrica		Mina d'água, fonte, córrego, rio, açude - Op. mecânica	
Poço comum c/ bomba elétrica		Outro:	
Poço comum c/ operação manual			

**4.3 - Qual o tipo de sanitário utilizado na casa onde reside a família?**

Sanitário dentro da residência		Outro:
Sanitário externo, anexo à residência		
Sanitário externo - tipo "casinha"		

**4.4 - Qual os destinos dos dejetos (esgoto) da casa onde reside a família?**

Rede Pública		Outro:
Fossa séptica – tanque fechado e impermeável		
Fossa séptica ou negra - dejetos lançados diretamente		
Encanado/jogado/canalizado para o rio/córrego/ribeirão		

**4.5 - Qual a origem da iluminação utilizada na casa onde reside a família?**

Luz elétrica - Rede Pública		Outro:
Luz elétrica - gerador próprio		
Lâmpião a gás ou querosene		

**4.6 - Qual a destinação dada ao lixo comum produzido na propriedade?**

Recicla e destina para coleta pública		Outro:
Coleta pública		
Enterra		
Queima		
Joga em terreno/rio		

**4.7 - Qual a destinação dada ao lixo orgânico produzido na propriedade?**

Queima		Outro:
Destina para a coleta pública		
Enterra		
Recicla (enterra na horta, faz compostagem, etc.)		
Joga em terreno/rio		

#### 4.8 - Como se dá o acesso da família aos seguintes serviços?

	Sem Acesso	Natureza do Serviço Utilizado			Localização do Serviço Utilizado (Comunidade; Sede do Município; Outros)
		Público	Privado	Público/Privado	
Atendimento Médico					
Atendimento Odontológico					
Educação					
Transporte Público					

#### 4.9 - Quais os meios de transporte que a família dispõe?

Mais de um veículo (passeio, transp.)		Carroça/Cavalo	
Um veículo (passeio/transp. de merc.)		Sem meio de locomoção próprio	
Motos e assemelhados		Outro:	
Bicicleta			

#### 4.10 - Quais os equipamentos que a família dispõe?

Fogão a gás		Aparelho de som	
Fogão a lenha		Computador	
Geladeira		Televisão	
Freezer		Telefone Fixo	
Batedeira		Telefone Celular	
Liquidificador		Outro:	
Rádio			

#### 4.11 - Atividades de lazer

Quais os dias de descanso da família?	
Quais as 3 principais atividades nestes dias?	

#### *Qual a periodicidade de descansos prolongados da Família?*

1 vez por ano - 30 dias de descanso		Uma vez a cada 3 anos	
1 vez por ano - 7 dias de descanso		Esporadicamente/Aleatoriamente - s/ padrão	
Uma vez a cada 2 anos		Não tira férias	

Qual foi o último ano em que a família tirou férias?		Nº dias/duração das férias:	
Quais as 3 principais atividades quando em período de férias?			

#### 4.12 - Integração Social

O Produtor Participa/ Frequenta	Sim	Não	Quais?	Exerce alguma função?		
				Sim	Não	Quais?
Igreja						
Cooperativa						
Sindicato						
Associação de Produtores						
Associação Comunitária						
Conselhos Municipais						
Outras cidades						

#### 5 – SUCESSÃO FAMILIAR

Qual é a expectativa para o futuro de seus filhos? (Somente aqueles que ainda estão na propriedade)

Continuar trabalhando na propriedade com ativ. agrícolas		Deixar a propriedade e continuar no campo	
Continuar na propriedade e trabalhar fora com outras ativ.		Deixar a propriedade e ir para a cidade	
Continuar na propriedade e trabalhar fora com ativ. agrícolas		Filhos já desligados das atividades da propriedade	
Outras (descreva):			

#### 6 – SANEAMENTO RURAL

Dimensão	Percepção:	
Qual a qualidade da água?	( ) Ótima ( ) Boa ( ) Razoável ( ) Ruim ( ) Péssima	
Quais os usos da água?	( ) Residencial ( ) Agrícola ( ) Industrial ( ) Outros	
Qual a disponibilidade da água?	( ) Alta ( ) Suficiente ( ) Média ( ) Baixa	
É feita a desinfecção da água antes do uso?	( ) Sim Como?	( ) Não
Caracterização do esgoto	( ) Sanitário ( ) Industrial	
Estercos animais	( ) Bovinos ( ) Equinos ( ) Suínos ( ) Ovinos ( ) Aves	
Tratamento do Esterco	( ) Biodigestor ( ) Esterqueira ( ) Compostagem ( ) Outros	
Destino final do Esterco (tratado ou não)	( ) Solo ( ) Curso d'água ( ) Outros	
Destino final de Embalagens de Agrotóxico	( ) Devolve ( ) Reutiliza ( ) Estoque ( ) Queima ( ) Enterra	

#### 7 – PERCEPÇÃO DE RISCO PARA SAÚDE

Você acredita quando dizem que o uso de agrotóxicos e vermífugos se não manipulados corretamente podem apresentar risco a saúde? Por quê?

--

Usa algum tipo de agrotóxico? ( ) Sim ( ) Não // Quais?

--

### 8 – PRONAF-B

Em qual fase do programa você está?	( ) Início ( ) Renovação
As orientações repassadas pelo agente são suficientes?	( ) Concordo Totalmente ( ) Concordo Parcialmente ( ) Discordo
Como surgiu a ideia do projeto?	
O dinheiro será investido em algo novo ou trata-se de trabalho já em andamento?	( ) Projeto Novo ( ) Continuidade de um projeto
Como foi realizado o plano do negócio?	( ) Idealizado na cabeça ( ) Escrito no papel ( ) Através da própria experiência
Você considera que existe risco (chance de não dar certo) no projeto? Se 'sim', quais?	( ) Sim ( ) Não
O valor disponibilizado pelo programa é suficiente para o desenvolvimento do projeto?	( ) Concordo Totalmente ( ) Concordo Parcialmente ( ) Discordo
O prazo para pagamento das parcelas é adequado?	( ) Concordo Totalmente ( ) Concordo Parcialmente ( ) Discordo
Como você se programa para cumprir com o pagamento da parcela no prazo?	
Como é o seu planejamento para controle financeiro (despesas do negócio x pessoais; controle de custos)?	
Caso o projeto não tenha êxito, você dispõe de algum outro plano? Se 'sim', descreva.	( ) Sim ( ) Não
Quem são as pessoas envolvidas no projeto?	



## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**  
**Comitê de Ética em Pesquisa**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada: “PRATICAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE ALIADAS AOS IMPACTOS SOCIO ECONÔMICOS PARA ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO COM PRODUTORES RURAIS”, em virtude de ser um produtor rural que reside dentro da área demarcada para o estudo, coordenada pelo(a) Professor(a) Dr. Bernat Viñolas Prat e contará ainda com a participação da mestranda Sayonara Chagas da Silva Arrais.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com a UFVJM ou com o programa do Agroamigo, do Banco do Nordeste.

O objetivo desta pesquisa é desenvolver uma estratégia para capacitação de famílias agricultoras que utilizam crédito rural, com foco na promoção da saúde e no impacto sócio econômico devido as boas práticas em saúde. Caso você decida aceitar o convite, será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: responder a um questionário com perguntas objetivas que será aplicado após a reunião mensal, em data e local agendados previamente pelo assessor de microcrédito. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente 15 min.

Os riscos relacionados com sua participação é o possível constrangimento relacionado com perguntas sobre renda, questionamentos sobre sua vida pessoal, atividades desenvolvidas e um possível desconforto e constrangimento com as perguntas. Para que esses riscos sejam minimizados, o questionário será aplicado de forma individual, em ambiente fechado, com a presença apenas do entrevistador e entrevistado, sem uso de nome, mantendo sigilo dos participantes. O entrevistado ficará a vontade para responder apenas as perguntas que quiserem.

Os benefícios relacionados com a sua participação serão indiretos. Os resultados do estudo auxiliarão para melhores práticas de promoção a saúde bem como orientações sobre controle e maximização do resultado econômico, no entanto não há garantia de que esses resultados cheguem ao conhecimento de todos os envolvidos na amostra da pesquisa. Estão previstos como forma de acompanhamento e assistência a entrega de uma cartilha educativa e a apresentação de um mini curso sobre o tema para os agentes de microcrédito e posterior repasse aos agricultores.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações pessoais obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

Não há remuneração com sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas. Não está previsto indenização por sua participação, mas em qualquer momento se você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito à indenização.

Você receberá uma via deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenadora do Projeto: Sayonara Chagas da Silva Arrais  
 Endereço: Rua Prof. Darcilia Godoy, 71 – Apto 201. Sagrado Coração de Jesus – Diamantina/MG.  
 Telefone: (38) 99100-3869

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM  
 Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba  
 Diamantina/MG CEP39100-000  
 Tel.: (38)3532-1240  
 Coordenadora: Prof.<sup>a</sup> Simone Gomes Dias de Oliveira  
 Secretária: Leticia Pinto Ferraz de Faria  
 Email: [cep.secretaria@ufvjm.edu.br](mailto:cep.secretaria@ufvjm.edu.br)



## APÊNDICE C – CARTILHA PARA PRODUTOR RURAL



Você sabia que com atitudes simples é possível melhorar seus negócios e sua saúde?

Siga as dicas apresentadas nesse guia e veja seu negócio e vida pessoal prosperar.

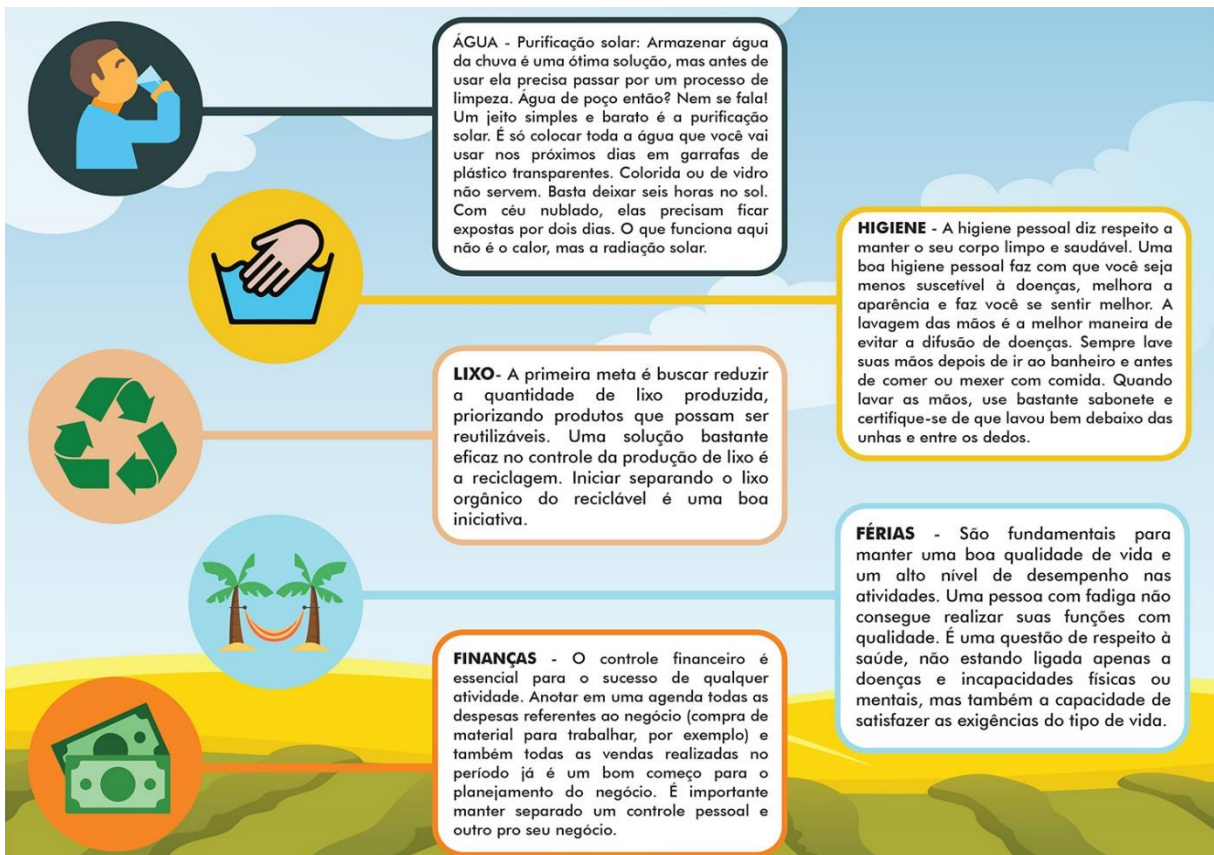
UFVJM  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

PromoVida

Um guia rápido com dicas de saúde e finanças

Sociedade o Ambiente  
Saúde o SAsA  
Programa de Pós-graduação

Baseado na dissertação "PRÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE ALIADAS AOS IMPACTOS SÓCIO ECONÔMICOS PARA ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO COM PRODUTORES RURAIS" de Sayonara Chagas da Silva, desenvolvida durante o Programa de Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.



**ÁGUA** - Purificação solar: Armazenar água da chuva é uma ótima solução, mas antes de usar ela precisa passar por um processo de limpeza. Água de poço então? Nem se fala! Um jeito simples e barato é a purificação solar. É só colocar toda a água que você vai usar nos próximos dias em garrafas de plástico transparentes. Colorida ou de vidro não servem. Basta deixar seis horas no sol. Com céu nublado, elas precisam ficar expostas por dois dias. O que funciona aqui não é o calor, mas a radiação solar.

**HIGIENE** - A higiene pessoal diz respeito a manter o seu corpo limpo e saudável. Uma boa higiene pessoal faz com que você seja menos suscetível à doenças, melhora a aparência e faz você se sentir melhor. A lavagem das mãos é a melhor maneira de evitar a difusão de doenças. Sempre lave suas mãos depois de ir ao banheiro e antes de comer ou mexer com comida. Quando lavar as mãos, use bastante sabonete e certifique-se de que lavou bem debaixo das unhas e entre os dedos.

**LIXO** - A primeira meta é buscar reduzir a quantidade de lixo produzida, priorizando produtos que possam ser reutilizáveis. Uma solução bastante eficaz no controle da produção de lixo é a reciclagem. Iniciar separando o lixo orgânico do reciclável é uma boa iniciativa.

**FÉRIAS** - São fundamentais para manter uma boa qualidade de vida e um alto nível de desempenho nas atividades. Uma pessoa com fadiga não consegue realizar suas funções com qualidade. É uma questão de respeito à saúde, não estando ligada apenas a doenças e incapacidades físicas ou mentais, mas também a capacidade de satisfazer as exigências do tipo de vida.

**FINANÇAS** - O controle financeiro é essencial para o sucesso de qualquer atividade. Anotar em uma agenda todas as despesas referentes ao negócio (compra de material para trabalhar, por exemplo) e também todas as vendas realizadas no período já é um bom começo para o planejamento do negócio. É importante manter separado um controle pessoal e outro pro seu negócio.

## APÊNDICE D – DESCRIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS PARA CRÉDITO RURAL

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
BNDES Pro-CDD Agro-Composição de Dívidas Rurais	Concessão de novo crédito para liquidação integral de dívidas de produtores rurais ou cooperativas de produção.
Pronaf Agroecologia	Financiamento para agricultores e produtores rurais (pessoas físicas) para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Agroindústria	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares (pessoa física e jurídica) e a cooperativas, para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.
Pronaf Cotas-Partes	Financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.
Pronaf Eco	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares (pessoas físicas) para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidro energéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.
Pronaf Jovem	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares (pessoas físicas), para investimento nas atividades de produção, desde que os beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos, entre outros requisitos.
Pronaf Mais Alimentos	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares para investimento em sua estrutura de produção e de serviços.
Pronaf Microcrédito (grupo “B”)	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares (pessoas físicas) que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 23 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).
Pronaf Mulher	Financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.
Pronamp	Financiamento para investimentos dos médios produtores rurais em atividades agropecuárias.
Inovagro	Financiamento para incorporação de inovações tecnológicas nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade e melhoria de gestão.

Moderagro	Financiamento para projetos de modernização e expansão da produtividade nos setores agropecuários, e para ações voltadas à recuperação do solo e à defesa animal.
Moderfrota	Financiamento para aquisição de tratores, colheitadeiras, plataformas de corte, pulverizadores, plantadeiras, semeadoras e equipamentos para beneficiamento de café.
Moderinfra	Financiamento para o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, bem como para o incentivo à utilização de estruturas de produção em ambiente protegido e para a proteção da fruticultura em climas temperados contra a incidência de granizo.
PCA - Programa para Construção e Ampliação de Armazéns	Financiamento a produtores e cooperativas rurais para construção, ampliação, modernização ou reforma de armazéns.
Procap - Agro - Programa de capitalização de cooperativas agropecuárias	Apoio à recuperação ou reestruturação patrimonial de cooperativas agropecuárias, agroindustriais, aquícolas e pesqueiras, por meio do financiamento para integralização de quotas-partes e para obtenção de capital de giro.
Prodecoop - Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária	Financiamento para a modernização de sistemas produtivos e de comercialização do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras.
Programa ABC	Financiamento a investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias.
Pronaf	Financiamento à implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.



## ANEXOS

## ANEXO A – APROVAÇÃO CEP DA UFVJM

<p><b>cep</b> comitê de ética em pesquisa</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI</p>	<p>Plataforma Brasil</p>
<b>PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>		
<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>		
<p><b>Título da Pesquisa:</b> PRÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE ALIADAS AOS IMPACTOS SÓCIO ECONÔMICOS PARA ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO COM PRODUTORES RURAIS</p>		
<p><b>Pesquisador:</b> SAYONARA CHAGAS DA SILVA ARRAIS</p>		
<p><b>Área Temática:</b></p>		
<p><b>Versão:</b> 2</p>		
<p><b>CAAE:</b> 99918218.0.0000.5108</p>		
<p><b>Instituição Proponente:</b> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri</p>		
<p><b>Patrocinador Principal:</b> Financiamento Próprio</p>		
<b>DADOS DO PARECER</b>		
<p><b>Número do Parecer:</b> 3.058.738</p>		
<b>Apresentação do Projeto:</b>		
<p>Com os baixos índices de escolaridade apresentados pela população que reside no meio rural, os recursos que são distribuídos pelo governo como forma de subsídio, muitas vezes não são aplicados de maneira eficiente. Outra barreira acarretada pela baixa escolaridade é a pouca importância despendida para práticas de promoção à saúde. Dessa forma, o estudo objetiva criar um método de formação e acompanhamento que visa a maximização do resultado econômico aliado à prática de promoção à saúde para os agricultores familiares que estão enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do tipo B. A pesquisa desenvolvida será quantitativa, do tipo observacional, com revisão de literatura para embasar a relevância do tema proposto. A coleta de dados será obtida por meio da aplicação de um questionário e serão realizados testes estatísticos para análise e interpretação de dados, bem como posterior conclusão dos resultados.</p>		
<b>Objetivo da Pesquisa:</b>		
<b>Objetivo Primário:</b>		
<p>Desenvolver estratégia para capacitação de famílias agricultoras que utilizam crédito rural, com foco na promoção da saúde e no impacto sócio econômico devido as boas práticas em saúde.</p>		
<p><b>Endereço:</b> Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000  <b>Bairro:</b> Alto da Jacuba <b>CEP:</b> 39.100-000  <b>UF:</b> MG <b>Município:</b> DIAMANTINA  <b>Telefone:</b> (38)3532-1240 <b>Fax:</b> (38)3532-1200 <b>E-mail:</b> cep@ufvjm.edu.br</p>		
Página 01 de 05		



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS  
VALES DO JEQUITINHONHA E  
MUCURI



Continuação do Parecer: 3.058.738

**Objetivo Secundário:**

Verificar sua saúde e sua renda; Propor uma intervenção comunicativa junto a agricultores familiares a partir de sua percepção de qualidade de vida e saúde, com a participação de agentes de microcrédito rural, visando a maximização sócio econômica da população alvo; Criar material educativo para agricultores familiares e agentes de desenvolvimento do microcrédito rural, associando qualidade de vida aos impactos sócio econômicos. Verificar o perfil de famílias agricultoras que utilizam o crédito rural, sua qualidade de vida, de saúde e sua renda; Propor uma intervenção comunicativa junto a agricultores familiares a partir de sua percepção de qualidade de vida e saúde, com a participação de agentes de microcrédito rural, visando a maximização sócio econômica da população alvo; Criar material educativo para agricultores familiares e agentes de desenvolvimento do microcrédito rural, associando qualidade de vida aos impactos sócio econômicos.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O risco envolvido na pesquisa está relacionado à exposição que poderá ocorrer através das respostas dadas ao questionário que será aplicado, como também a não adaptação às sugestões de mudança de comportamento e planejamento que serão sugeridas após análise dos resultados, uma vez que poderá acontecer o efeito inverso ao sugerir uma mudança de rotina a esses agricultores. Para que esses riscos sejam minimizados, a aplicação do questionário deverá acontecer de forma individual, em ambiente fechado com a presença apenas do entrevistador e entrevistado, sem uso de nome, impedindo assim a identificação desses produtores no uso dos dados do questionário e mantendo sigilo dos participantes para evitar que suas respostas sejam expostas. Existe também o risco de desconforto e constrangimento, no entanto esse risco será sanado uma vez que todos os entrevistados serão orientados a ficarem a vontade para responder apenas as perguntas que quiserem. Com os resultados da pesquisa, será elaborado um treinamento que será repassado a todos os agentes de microcrédito como sugestão de inclusão em suas rotinas para as informações serem repassadas a esses produtores, seja nos momentos de visitas para acompanhamento do projeto - que são realizadas um período após a concessão do crédito – e também nas reuniões mensais agendadas.

**Benefícios:**

Para a amostra que será utilizada na pesquisa, os benefícios serão indiretos. A pesquisa será de grande relevância uma vez que pretende identificar as perspectivas, falhas e também os êxitos no desenvolvimento do processo que ocorre com os produtores rurais desde o momento em que eles

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000  
Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000  
UF: MG Município: DIAMANTINA  
Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br





UNIVERSIDADE FEDERAL DOS  
VALES DO JEQUITINHONHA E  
MUCURI



Continuação do Parecer: 3.058.738

estão iniciando no programa para receberem o crédito até o momento em que essa quantia se transforma em retorno para os mesmos e eles voltam a renovar esse empréstimo. Ao final, será desenvolvida uma cartilha de orientação sobre boas práticas de promoção da saúde e dicas para maximização do resultado econômico e também um minicurso com a mesma temática. O material servirá de auxílio tanto aos produtores que farão a renovação dos seus empréstimos quanto àqueles que ingressarão no programa. Os agentes de microcrédito também poderão ser beneficiados com mais uma ferramenta de trabalho, sendo repassadas orientações e dicas extraídas a partir de um estudo que foi realizado em campo avaliando um grupo de pessoas semelhantes. Estudar o conhecimento socioeconômico e de saúde das comunidades pertencentes a base de intervenção; Propor a partir dos dados gerados uma intervenção voltada aos agricultores familiares; Criar uma cartilha e um minicurso educativo para agricultores familiares e agentes de desenvolvimento do microcrédito rural.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa quantitativa, de natureza observacional, embasada em uma pesquisa bibliográfica. O estudo será realizado com agricultores rurais. O recorte para a base amostral da pesquisa compreende os municípios de jurisdição da agência de Diamantina/MG do Bando do Nordeste. Será utilizada uma amostra de conveniência para aplicação de questionário e desenvolvimento da pesquisa. O estudo terá como foco a análise da relação entre o perfil sócio econômico e percepção de saúde dos agricultores familiares. Serão mensuradas variáveis sociais, econômicas, financeiras e de saúde. Para caracterização da amostra e coleta dos dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa, será utilizado um questionário estruturado adaptado de Larsen (2010). Optou-se por esse documento para que o estudo tenha um bom padrão de confiabilidade sendo um modelo que já foi utilizado em pesquisas anteriores. A adaptação ocorre pela necessidade de direcionar as perguntas afim de garantir que o instrumento utilizado irá medir aquilo que ele se propõe para que o estudo tenha validade. Nas métricas quantitativas serão trabalhadas variáveis contínuas para atender a etapa de caracterização do agricultor, por exemplo: idade, peso, altura e tempo de relacionamento com o programa da agricultura familiar. Para as variáveis qualitativas, serão utilizadas variáveis dicotômicas/nominais, para perguntas que possuem apenas duas possibilidades de respostas. Serão atribuídas escalas nominal e também ordinal para algumas respostas. A primeira para indagações mutuamente exclusivas, no caso de gênero, por exemplo, e a segunda para classificações que deverão ser ordenadas, por exemplo, as prioridades de saúde que são consideradas pelos produtores. Em todas as reuniões, os dados serão coletados pelo próprio pesquisador com um auxiliar previamente treinado e todas as perguntas serão lidas em

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000

Bairro: Alto da Jacuba

CEP: 39.100-000

UF: MG

Município: DIAMANTINA

Telefone: (38)3532-1240

Fax: (38)3532-1200

E-mail: cep@ufvjm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS  
VALES DO JEQUITINHONHA E  
MUCURI



Continuação do Parecer: 3.058.738

voz alta para cada entrevistado, visando facilitar a compreensão dos questionamentos. Para os testes estatísticos que serão produzidos após a coleta de dados, serão realizados testes do coeficiente de correlação de Pearson, qui-quadrado e regressão linear, conforme necessidade de cada análise e visando atender aos objetivos propostos no estudo. Os dados serão inseridos e processados por meio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 20.0, para Windows.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresentou projeto completo, projeto nos moldes CEP/CONEP, Folha de rosto, TCLE, questionários, carta de co-partícipe.

**Recomendações:**

- Segundo a Carta Circular nº. 003/2011/CONEP/CNS, de 21/03/11, há obrigatoriedade de rubrica em todas as páginas do TCLE pelo sujeito de pesquisa ou seu responsável e pelo pesquisador, que deverá também apor sua assinatura na última página do referido termo.

- Relatórios final deve ser apresentado ao CEP ao término do estudo em 04/12/2019. Considera-se como antiética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto atende aos preceitos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos preconizados na Resolução 466/12 CNS.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1224872.pdf	15/11/2018 22:57:19		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_coparticipacao.pdf	15/11/2018 22:56:15	SAYONARA CHAGAS DA SILVA ARRAIS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_28_09_18.pdf	28/09/2018 20:42:41	SAYONARA CHAGAS DA SILVA ARRAIS	Aceito

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000  
Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000  
UF: MG Município: DIAMANTINA  
Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br





UNIVERSIDADE FEDERAL DOS  
VALES DO JEQUITINHONHA E  
MUCURI



Continuação do Parecer: 3.058.738

Outros	questionario_CEP.docx	28/09/2018 20:41:42	SAYONARA CHAGAS DA SILVA ARRAIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PRODUTORES_RURAIIS.docx	25/09/2018 00:17:23	SAYONARA CHAGAS DA SILVA ARRAIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CEP_Projeto_Sayonara_FINAL.docx	25/09/2018 00:17:15	SAYONARA CHAGAS DA SILVA ARRAIS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

DIAMANTINA, 05 de Dezembro de 2018

---

Assinado por:  
Simone Gomes Dias de Oliveira  
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000  
Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000  
UF: MG Município: DIAMANTINA  
Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br

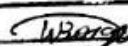
**ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS  
PARA UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA REALIZAÇÃO  
DA PESQUISA**

**AUTORIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA REALIZAÇÃO DE  
PESQUISA**

Declaramos, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada “Maximização de recursos econômicos aliado às práticas de promoção da saúde para estabelecimento de uma política de formação com produtores rurais”, sob responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dr. Bernat Vinolas Prat (professor orientador) e Sayonara Chagas da Silva Arrais (mestranda), que a área do Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina, conta com a infraestrutura necessária para a realização da referida pesquisa.

Declaramos, ainda, que os referidos pesquisadores estão autorizados a utilizar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa.

Diamantina, 09 de agosto de 2018.

  
Walter Borges  
PRESIDENTE S.T.R.  
Diamantina e Monjolos

Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina/MG.

**ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL  
PARA PESQUISA UTILIZANDO A ÁREA DE JURISDIÇÃO DA AGÊNCIA DE  
DIAMANTINA E PÚBLICO ALVO DA INSTITUIÇÃO**



**Carta de Instituição Coparticipante**

Declaro ter lido e concordado com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM), conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12.

A agência de Diamantina-MG apoia o desenvolvimento do trabalho como instituição coparticipante do projeto de pesquisa PRÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE ALIADAS AOS IMPACTOS SÓCIO ECONÔMICOS PARA ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO COM PRODUTORES RURAIS, coordenado pelo pesquisador Prof. Dr. Bernat Viñolas Prat, contando com a participação da mestrandia Sayonara Chagas da Silva Arrais, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia da segurança e bem-estar. O apoio à pesquisa acontece visto a mestrandia ser colaboradora desta instituição e não irá utilizar dados internos do banco nem o espaço físico da instituição.

Diamantina, 14 de novembro de 2018.

Assinatura e carimbo do responsável

VICTOR Anísio Merchid Martins  
Gerente Geral  
victoram@bnb.gov.br

VICTOR ANÍSIO MERCHID MARTINS

Gerente Geral – Agência Diamantina/MG

## ANEXO D – MODELO DO DOCUMENTO DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP

<b>Declaração de Aptidão ao Pronaf</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Secretaria da Agricultura Familiar	Programa Nacional de Fortalecimento d Agricultura Família
1ª via - Agricultor Familiar. 2ª via - Emitente			
<b>I - Cadastro do(a) Agricultor(a) Familiar</b>			
a) Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar			
1º Titular da DAP:			
1. CPF:	2. Nome:		
3. Sexo:	4. Nome da Mãe:		
5. Apelido:	6. Dt de Nasc.:		
7. RG:	8. UF de Emissão do RG:		
9. NIS:	10. Naturalidade:		
11. Escolaridade:			
2º Titular da DAP:			
12. CPF:	13. Nome:		
14. Sexo:	15. Nome da Mãe:		
16. Apelido:	17. Dt de Nasc.:		
18. RG:	19. UF de Emissão do RG:		
20. NIS:	21. Naturalidade:		
22. Escolaridade:			
Dados da Família			
23. Nº de pessoas da família residentes no estabelecimento:	24. Estado Civil:		
25. Regime de Casamento:	26. Local de Residência:		
27. Endereço:	28. Município:		
Nº:	Bairro:		
29. CEP:			
b) Características Sócio-Econômicas do(a) Agricultor(a) Familiar			
1. Organização(ões) Social(is) a(s) qual(is) pertença:	2. Condição(ões) de posse e uso da terra:		
3. Atividades Principais:	4. Área do Estabelecimento:		
5. Área menor ou igual a 4 módulos fiscais:			
6. Composição do Valor bruto da Produção Anual do Estabelecimento Familiar (considerar os últimos doze meses, a contar da data do preenchimento da DAP): R.ES. (C.M.N.: 3731)			
<b>Renda do estabelecimento</b>		<b>Renda fora do estabelecimento</b>	
Agropecuária Estimada:	R\$	Total Auferida:	R\$
Não Agropecuária Auferida:	R\$	Desconto:	R\$
Total:	R\$	Total com desconto:	R\$
Renda de Enquadramento:	R\$	% da Renda do Estabelecimento:	R\$
<b>7. Força de trabalho familiar:</b>			
7.1. Número de membros da unidade familiar e agregados que desenvolvem atividades geradoras de renda no estabelecimento	<input type="text"/>		
7.2. Número de empregados permanentes contratados:	<input type="text"/>		
7.3. Há permanência de força de trabalho familiar?	<input type="text"/>		
<b>II - Informações Complementares</b>			
Imóveis Rurais	1. Nº de imóveis explorados:	4. Área do estabelecimento: hectares	
Sobre o imóvel principal:	2. Denominação do imóvel:	5. É proprietário do imóvel principal?	
	3. Localização do imóvel:	6. Nome ou razão social do proprietário:	
		7. CPF/CNPJ do Proprietário:	
<b>III - Declaração do(a) Beneficiário(a)</b>			
Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do código Penal), que os dados acima correspondem à verdade.			
Local: _____	Data: ____/____/____	<div style="display: flex; justify-content: space-around; width: 100%;"> <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 100px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 100px;"></div> </div> <p style="font-size: small; margin-top: 5px;">Polegar direito 1                      Polegar direito 2</p>	
Assinatura: _____			
Local: _____	Data: ____/____/____		
Assinatura: _____			
<b>IV - Atestado da Entidade Credenciada pelo MDA</b>			
Atesto que o(s) titular(es) acima identificado(s) atende(m) aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(a) (s) do Crédito Rural ao amparo do Pronaf no Grupo . Grupo Final:			
Instituição: CNPJ	Entidade emissora	Representante: CPF	
_____	____/____/____	_____	
Local	Data	Assinatura	
DAPWEB - emitida pelo sítio do MDA/SAF                      Atenção: Este documento é gratuito                      MODELO 1.9.1 - GRUPOS: A e A/C			
Data da Geração:			

## ANEXO E – SUBMISSÃO DO CAPÍTULO 1 NA REVISTA CERRADOS

[RC] Agradecimento pela submissão

🕒 Você encaminhou esta mensagem em Sáb 15/06/2019 15:02

**L** Luiz Andrei Gonçalves Pereira/Pedro Ivo Jorge Gomes <revista.cerrados@unimontes.br>  
Sáb 15/06/2019 14:59  
Você ↕

Sra Sayonara Chagas Arrais,

Agradecemos a submissão do trabalho "ANÁLISE DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS BRASILEIROS DOS ANOS DE 2006 E 2017 PARA IDENTIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA." para a revista Revista Cerrados. Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface de administração do sistema, disponível em:

URL da submissão:  
<http://www.periodicos.unimontes.br/cerrados/author/submission/1288>  
Login: sayonarachagas

Em caso de dúvidas, entre em contato via e-mail.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de compartilhar seu trabalho.

Luiz Andrei Gonçalves Pereira/Pedro Ivo Jorge Gomes  
Revista Cerrados

---

Revista Cerrados  
<http://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados>

Capa / Usuário / Autor / Submissões Ativas

### Submissões Ativas

Ativo | Arquivo

ID	MM-DD	Seção	Autores	Título	Situação
1288	06-15	ART	Arrais, Prat, Cambraia	ANÁLISE DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS BRASILEIROS DOS ANOS DE...	Em avaliação

1 a 1 de 1 itens

### Iniciar nova submissão

Clique aqui para iniciar os cinco passos do processo de submissão.

### Apontamentos

Todos | Novo | Publicado | Ignorado

Data De Inclusão	Hits	URL	Artigo	Título	Situação	Ação
Não há apontamentos.						

## ANEXO F – PUBLICAÇÃO DE RESUMO REFERENTE EXTENSÃO DO CAPÍTULO 1 NOS ANAIS DO VII SINTEGRA

[Com] *ciência*  
feminina



VII SEMANA DA INTEGRAÇÃO  
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

### SINT0093 – CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS CENSOS AGROPECUÁRIOS 2006 - 2017

SAYONARA CHAGAS DA SILVA ARRAIS, BERNAT VINOLAS PRAT, ROSANA PASSOS CAMBRALA

E-mail: sayochagas@hotmail.com

Área: EXTENSÃO RURAL

**Resumo:** Entre os diversos setores da economia, a agricultura se destaca devido a sua constante evolução. A significativa participação no mercado contribui consideravelmente para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e efetivamente para o crescimento da economia do país.

Diante da importância do setor agrícola para a economia brasileira, faz-se necessária uma análise para conhecer o perfil desses produtores e compreender como estão distribuídos nas regiões do país. O estudo tem o objetivo de caracterizar a população agrícola do Brasil, através de uma análise comparativa entre os dados disponíveis no Censo Agropecuario dos anos de 2006 e 2017, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

A pesquisa versa sobre a identificação, tipificação e segmentação do produtor rural. Para atender ao objetivo proposto, foram selecionadas as variáveis: condição legal da terra, pessoa que dirige a propriedade, relação dos agricultores com financiamentos e divisão dos estabelecimentos por região. Para a realização do estudo, as informações foram extraídas dos relatórios e documentos divulgados pelos Censos de 2006 e 2017. Os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas, analisados, realizados alguns cálculos estatísticos e a partir deles, gerados gráficos para melhor interpretação. Os resultados foram confrontados com outros estudos já realizados e disponíveis na literatura. O perfil traçado do produtor rural brasileiro apontou que em sua maioria são proprietários da terra onde trabalham. Os estabelecimentos são dirigidos por homens, quase em sua totalidade, e ambos os sexos apresentaram baixo nível de escolaridade, apontando para parte expressiva que nunca frequentou a escola. Por muito tempo os agricultores evitaram o relacionamento com instituições financeiras, alegando a falta de necessidade, no entanto, após os incentivos do governo com políticas de créditos que incitam as linhas para a agricultura, essa relação com financiamentos foi se tornando mais estreita. Em sua maioria as operações de crédito rural ocorrem para custeio e investimento e os principais agentes financiadores são os bancos. Os estabelecimentos rurais são mais numerosos na região Nordeste, porém é lá que estão concentradas a maioria das pequenas propriedades. O oposto acontece na região Centro-Oeste, que é caracterizada por possuir pequenas quantidades de propriedades com muitos hectares, os latifúndios.

Apoio:  
UFVJM

VII Semana da Integração do Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG – VII SINTEGRA  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFMG  
5 a 8 de junho de 2019 – Diamantina/MG



Universidade Federal dos  
Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**ANEXO G – APROVAÇÃO DE ARTIGO PARA APRESENTAÇÃO NO V SEMINÁRIO NACIONAL POPULAÇÃO, ESPAÇO E AMBIENTE**

**DICAS PARA A EFICIÊNCIA DO NEGÓCIO RURAL: A  
MAXIMIZAÇÃO DO RESULTADO COM A DIMINUIÇÃO DE  
CUSTOS**

Sayonara Chagas da Silva Arrais  
Bernat Viñolas Prat  
Rosana Passos Cambraia

Apresentado **V Seminário Nacional População Espaço e Ambiente**  
**"Políticas públicas, dinâmica populacional e ambiente: dilemas da sustentabilidade e do desenvolvimento"**, ocorrido em Diamantina/MG dias 19 e 20 de agosto de 2019

## ***Dicas para a Eficiência do Negócio Rural: A Maximização do Resultado com a Diminuição de Custos***

### **Introdução e justificativa do problema**

A diversidade climática e a variedade dos tipos de solo existentes no território brasileiro contribuem para que haja uma grande diversificação de produtos agrícolas. De acordo com Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as maiores quantidades dos hectares de terras agricultáveis estão concentradas em um número reduzido de fazendeiros, distribuídas entre médias e grandes propriedades. Esses territórios tornaram-se grandes empreendimentos rurais que necessitam utilizar as mesmas práticas de gestão e planejamento que as empresas não rurais.

Segundo Braum (2013), para lograr êxito na atividade rural é necessário que além das novas tecnologias o produtor conheça as características específicas do próprio negócio, tais como: condições climáticas, condições do solo, preços praticados no mercado, tipos de culturas, entre outras.

Tão importantes quanto as atividades desenvolvidas nas grandes propriedades rurais são também os trabalhos realizados nas pequenas propriedades, em sua maioria envolvendo toda a família no processo produtivo. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a agricultura familiar vem ganhando destaque no cenário nacional devido ao impacto que está causando na economia do país, chegando a representar 70% dos alimentos que são consumidos na mesa dos brasileiros.

Independentemente da dimensão do negócio rural, a ferramenta de gerência de projetos pode ser de fundamental importância para o êxito do negócio. De acordo com Vargas (2009), o gerenciamento de projetos propõe estabelecer um processo estruturado e objetivo para lidar com acontecimentos que se caracterizam pela novidade, complexidade e dinâmica ambiental. Dessa forma, faz-se necessária uma investigação sobre o assunto para que sejam identificados pontos relevantes e que contribuam com o processo de maximização do resultado nos empreendimentos rurais.

Diante do exposto, o trabalho objetiva investigar os aspectos chaves para a obtenção de sucesso em um projeto, especificamente para pequenos produtores rurais, bem como reconhecer os fatores que podem retardar o processo de êxito. Almeja-se investigar quais os principais fatores que podem contribuir para a caracterização de um empreendimento rural bem sucedido dentro do seu modelo de negócio, com foco na maximização do resultado.

É importante a realização de um mapeamento de padrões de casos de sucessos, para assim contribuir com o desenvolvimento de estratégias que objetivem melhorar o desempenho dos empreendimentos rurais. Além disso, para que possam, principalmente, difundir o assunto visando aumentar o



interesse, por parte dos pequenos produtores, pela busca de mais orientações e conhecimento acerca do tema.

### **Dados e metodologia**

A metodologia do trabalho foi desenvolvida através de uma busca realizada em várias bases de dados, entre elas o Scielo, Medline e Google Scholar, através das palavras-chaves 'pequeno produtor rural' e 'project management'. Foi utilizado filtro para buscar apenas as pesquisas dos últimos 8 anos e foram selecionados alguns artigos para leitura de resumos. Após a leitura dos resumos, foram escolhidos artigos para leitura na íntegra. Posteriormente a essa seleção e leitura dos trabalhos, foi realizada uma consulta nas referências dos próprios artigos visando identificar mais pesquisas que pudessem embasar o tema desse estudo.

Trata-se de uma revisão bibliográfica que gerou duas fases de apresentação para a pesquisa. A primeira delas irá tratar sobre a gerência de projetos e serão avaliados quais os aspectos fundamentais para que um projeto apresente a menor chance de erro possível e vise o máximo sucesso. A partir desses dados serão inferidas algumas características que os pequenos produtores devem apresentar para que obtenham êxito no projeto. Na segunda parte do estudo da literatura, serão apresentados alguns casos que tiveram repercussão positiva dentro do contexto de um empreendimento rural.

### **Discussão**

#### **Aspectos fundamentais para o gerenciamento de projeto.**

Para que um projeto atinja uma posição considerada rentável, ele deve superar a expectativa dos clientes obedecendo etapas como: prazo estipulado, utilização mínima de recursos com o aproveitamento eficiente, reduzindo custos e buscando manter-se dentro do objetivo proposto. O gerenciamento de projetos pode identificar e manter o controle dessas limitações. (VARGAS, 2009).

O conceito de gerenciamento de projetos pode ser utilizado como o uso do conhecimento, das habilidades, técnicas e ferramentas afim de suprir as necessidades e expectativas do empreendedor em relação ao projeto. (PMI, 2012)

No estudo realizado por Terribili Filho (2013), que visava discutir sobre os aspectos relevantes relativos aos cinco problemas mais frequentes nos projetos desenvolvidos nas organizações no Brasil, segundo os resultados do Benchmarking em Gerenciamento de Projetos Brasil - 2010 (PMI, 2011), apontaram que as maiores dificuldades estão associadas ao gerenciamento de tempo, de escopo, de comunicação e também dos custos.

Segundo o PMBOK (PMI, 2004) existem nove áreas de gerenciamento que descrevem os conhecimentos e as práticas do gerenciamento de projetos:

- 1) Gerenciamento do escopo – garante que o projeto inclua todo o trabalho necessário para ser concluído;
- 2) Gerenciamento do tempo – conclusão do projeto dentro de um prazo determinado;
- 3) Gerenciamento dos custos – assegura que o projeto seja concluído conforme o estabelecido no orçamento;
- 4) Gerenciamento da qualidade – expõe os passos necessários para que o projeto atenda aos requisitos de qualidade especificados;
- 5) Gerenciamento dos recursos humanos – busca administrar os aspectos que dizem respeito à equipe do projeto;
- 6) Gerenciamento das comunicações – garante à administração informações seguras do projeto;
- 7) Gerenciamento dos riscos – aborda a análise e controle das ameaças e oportunidades presentes no projeto;
- 8) Gerenciamento das aquisições – aborda sobre o tratamento das compras de produtos ou serviços para o projeto;
- 9) Gerenciamento da integração do projeto – trata de agregar e coordenar os elementos do gerenciamento do projeto.

Segundo Lopes (2014), o gerenciamento de projetos objetiva realizar as entregas planejadas em um projeto atendendo a qualidade esperada, o prazo previsto e obedecendo ao orçamento que foi aprovado.

#### **Modelos de gerenciamento rural identificados na literatura**

Segundo Cella (2002), muitos são os condicionantes de resultados técnicos e econômicos alcançados pelos agricultores, o que torna difícil definir quais os que contribuem essencialmente para evidenciar um bom produtor rural. O êxito do produtor pode estar relacionado com a combinação eficiente de novos produtos, a utilização de técnica estipulada de plantio ou cultivo, a inserção de uma nova variedade de produto no mercado, entre outros. No entanto, a utilização de técnicas produtivas sem a busca de um conhecimento prévio sobre o assunto ou um planejamento elaborado, mesmo sendo estratégias já utilizadas em outros empreendimentos que venham obtendo êxito, podem ser arriscadas, uma vez que é necessário conhecer bem a particularidade existente em cada negócio.

Norton & Alwang (1993) definem que a agricultura, em se tratando de atividade econômica, é influenciada por infinitas variáveis que condicionam não só os resultados tecnológicos, mas também a rentabilidade e lucratividade do negócio rural. Os autores dividem esses condicionantes entre os de natureza técnica (englobam os aspectos físicos e biológicos) e os de natureza institucional e humana (internos à propriedade agrícola).

Phillips e Peterson (1999) realizaram um estudo que buscava ampliar a teoria do gerenciamento do agronegócio, fazendo uma ligação entre planejamento estratégico e o desempenho do negócio rural. Os autores apoiam-

se no Planejamento Estratégico Formal (FSP) como ferramenta essencial para a otimização do negócio rural.

O FSP é definido como uma ferramenta que envolve um fluxo pré-estabelecido e o processamento de informações, obtém o comprometimento do gestor principal e resulta em um documento escrito. Para eles, esse método de controle pode beneficiar os negócios rurais por meio da obtenção de maior controle do empreendimento através dos registros realizados. Para os autores, o FSP pode beneficiar os negócios rurais através de cinco categorias que são:

- 1) Benefícios econômicos - os objetivos traçados no plano servem como referência para avaliar o desempenho do negócio;
- 2) Benefícios organizacionais - quando todos os envolvidos estão cientes das metas do negócio, os sujeitos ficam mais propensos a executar ações que levarão ao atingimento do objetivo comum;
- 3) Benefícios psicológicos - a visão de um objetivo bem traçado causa um maior estímulo e incentivo nas partes envolvidas, aumentando a motivação;
- 4) Benefícios na área de marketing - realizando análises internas (do negócio) e externas (do mercado);
- 5) Benefícios criativos - o planejamento pode ser realizado com a participação de todos os envolvidos no negócio rural para garantir uma maior variedade de estratégias. (Phillips; Peterson, 1999).

No estudo de Canziani (2001) foi apontado que mesmo com o avanço da tecnologia e da modernização da atividade rural, ainda existem proprietários que não realizam nenhum tipo de registro de suas atividades e que não há um acompanhamento, por parte dos produtores rurais, que o façam alterar todo o planejamento em função das incertezas de mercado e dos custos associados à alteração do processo produtivo. O autor observou que geralmente há um descompasso entre o detalhamento dos registros e a real capacidade de implementá-los. A forma como a atividade é desenvolvida sobrecarrega o produtor rural devido ao acúmulo de responsabilidades. Canziani (2001) concluiu que a natureza familiar predominante nas empresas agropecuárias já lhes confere uma forma própria de gestão.

De acordo com Silva (2009), que em seus estudos busca adaptar os princípios e as funções da administração moderna à administração das empresas rurais, com um planejamento é possível traçar objetivos e como eles serão alcançados. Para o autor, planejamento é conceituado em três termos: planejamento, plano e tomada de decisão. Consiste em analisar as informações do passado, do presente e as previsões do futuro, para a formação de um curso a ser seguido para alcançar os objetivos.

O esquema abaixo sintetiza alguns princípios básicos que o autor considera que devem fazer parte de um planejamento bem estruturado:

**Quadro 1** – Princípios básicos de um planejamento bem estruturado

Definição dos objetivos	O objetivo do negócio deve ser apresentado de forma clara, uma vez que a função do planejamento é determinar como o objetivo será alcançado.
Unidade	O planejamento deve ser global. Com um cronograma geral das atividades em mãos, será priorizado o aproveitamento dos recursos disponíveis.
Continuidade	O planejamento deve ser dinâmico e contínuo, evitando problemas e prejuízos.
Flexibilidade	O planejamento deve ser flexível para as novas situações que apareçam sem que tenham sido previstas.
Precisão	O planejamento deve reduzir ao máximo a variabilidade da previsão.

Fonte: criado pelo autor adaptado de Silva (2009).

De acordo com Crepaldi (2009), as operações da gestão agropecuária podem ser subdivididas em três aspectos, que são: técnicos, econômicos e financeiro. O primeiro que averigua a viabilidade de implantação de determinada cultura (ou criação), resultando na escolha dos insumos apropriados; o segundo que está relacionado ao levantamento de custos e resultados da produção e, por último, o aspecto financeiro que verifica a possibilidade de adquirir recursos financeiros para viabilizar a produção.

Oliveira e Caixeta Filho (2013) realizaram um estudo que objetivava verificar a viabilidade econômica da produção orgânica de café para o processo de conversão da técnica convencional para a orgânica. Através da metodologia linear adotada, que visava maximizar o lucro e minimizar o custo de produção do café, o plano de conversão percorreu três fases de manejo: substituição dos insumos, conversão e depois produção orgânica. Os resultados do estudo evidenciaram que a adoção da técnica orgânica pode proporcionar ao cafeicultor, no final do período de conversão, quando ocorre aumento sobre o preço da saca, lucros superiores aos obtidos com o sistema convencional, no caso de o produtor receber um incremento de 30% sobre o preço da saca de café e com a produtividade nos níveis do sistema convencional.

De acordo com Sangalli e Schlindwain (2013), o pequeno produtor exerce função vital para a promoção do desenvolvimento regional onde ele está inserido e, para isso, deve ser assegurado a esse segmento o acesso a políticas de crédito, entre outros benefícios. Dessa forma, modelos de gestão devem ser considerados para o bom desempenho e controle da atividade rural visando agregar renda, melhorar a participação no mercado e ainda aumentar o lucro.

### **Considerações finais**

A pesquisa permitiu que fossem elencadas algumas dicas visando contribuir com a maneira que as pequenas propriedades podem se organizar e buscar se reinventar objetivando que esses negócios atinjam a continuidade e também um resultado satisfatório da atividade desempenhada. A lucratividade de uma propriedade rural não está no tamanho da terra, mas sim em como ela é aproveitada.

Á frente das alternativas expostas sobre as dicas para aumentar a eficiência do negócio rural, observou-se que o planejamento é um processo chave para ser aplicado em qualquer negócio e principalmente nos negócios rurais, visto que o controle com os custos e com o que produzir são de extrema necessidade.

O gerenciamento de projetos apresenta-se como uma ferramenta essencial para minimizar o risco do empreendimento e também como mais uma atividade de planejamento. No gerenciamento acontece o acompanhamento do negócio através de diversas perspectivas, entre elas: tempo, custo, qualidade, comunicação, recursos humanos, entre outros.

A adoção de tecnologias é outro fator importante nesse ramo e é essencial para otimizar e reduzir os custos de produção como também para aumentar a lucratividade da propriedade rural. A mudança pode iniciar com itens básicos, mas que proponham uma boa relação de custo-benefício visando garantir o sucesso de muitas culturas, por exemplo os sistemas de irrigação para a irrigação adequada da lavoura ou mesmo a produção própria de insumos com o reaproveitamento dos restos das plantações.

A utilização de parcerias, podendo acontecer através de associações ou mesmo cooperativas de produtores rurais podem trazer diversos benefícios para os pequenos agricultores uma vez que ao unir interesses de vários produtores é possível criar uma rede de colaboradores para compra e venda interna de matérias primas variadas. Para Neubern et.al (1999), as parcerias são de grande eficácia na administração de negócios agropecuários e cumprem estratégias para mitigação do risco, variação das atividades e utilização de alternativas para a comercializar os produtos, através das cooperativas, por exemplo.

Da mesma forma que acontece com os empresários de diversas atividades econômicas, os agricultores devem estar atentos ao grande ambiente no qual estão estabelecidos, buscando possuir uma visão estruturada da atividade desenvolvida. Esses agricultores devem buscar criar estratégias afim de defenderem-se frente às ameaças que surgirem e saber aproveitar as oportunidades que aparecerem.

É importante ser de conhecimento dos pequenos produtores rurais os pontos fortes e fracos das atividades que eles desempenham e de sua cadeia produtiva. A capacidade administrativa do empresário rural e a forma como ele visualiza seu negócio pode ser considerada uma das características mais relevantes dos resultados técnicos e econômicos auferido por ele.

### **Bibliografia (normas ABNT)**

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário** - MDA. O impacto da agricultura familiar na economia brasileira. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/o-impacto-da-agricultura-familiar-na-economia-brasileira>> Acesso em: 13 dez. 2018.

BRAUM, L. M.S.; MARTINI, O. J.; BRAUN, R. S. Gerenciamento de custos nas propriedades rurais: uma pesquisa sobre o uso dos conceitos da contabilidade de custos pelos produtores. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. Uberlândia, MG. 2013.

CANZIANI, J.R.F. **Assessoria administrativa a produtores rurais no Brasil**. 2001. 224f. Tese (Doutorado em Ciências - Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo, Piracicaba. p. ix.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, São Paulo, 2002. p. 7 e 8.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural**. São Paulo: Atlas, 2009.

TERRIBILI FILHO, A. Os cinco problemas mais frequentes nos projetos das organizações no Brasil: uma análise crítica. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**. São Paulo. v.4, n.2, p. 213-237, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

LOPES, D. Gerenciamento de projetos. **Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**. v.2, n.1, p. 52-69. 2014.

NEUBERN, F.J.; PERES, F.C.; CESTARI, P.M.J. Process of strategic adjustment of rural enterprises in the region of Garça, SP – Brazil. In: **Internacional Farm Administration Congress**, 12. Durban, 1999. Anais. Durban: s.ed. 1999. p.77-89.

NORTON, G.W.; ALWANG, J. Introduction to economics of agricultural development. New York: McGraw-Hill, 1993. cap.9, p.149-166. In: **Comparative agricultural systems and the role of women**.

OLIVEIRA, R.A.; CAIXETA FILHO, J.V. Análise da maximização do lucro e minimização do custo no processo de conversão do café convencional para o orgânico: um estudo de caso. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba, v.51, n.3, p.535-534, jul.-set./2013.

PHILLIPS, J.C.; PETERSON, H.C. **Strategic planning and firm performance: a proposed theoretical model for small agribusiness firms**. East Lansing: Michigan State University, 1999. 15p. (Staff Paper, 99-41).

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI. **Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamentos de projetos** (Guia PMBOK). 3.ed. Rio de Janeiro: PMI, 2004.

PMI (2011). **Estudo de Benchmarking em gerenciamento de projetos Brasil 2010**. Disponível em: <[http://www.managerbrazil.com.br/biblioteca/benchmarking\\_gp\\_2010\\_geral.pdf](http://www.managerbrazil.com.br/biblioteca/benchmarking_gp_2010_geral.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PMI. **Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamentos de projetos** (Guia PMBOK). 5.ed. Project Management Institute (PMI). Global Standard, 2012, EUA.

SANGALLI, A.R.; SCHLINDWEIN, M.M. A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul – Brasil. **Revista Desenvolvimento Regional**, v.18, p.82-99, 2013.

SILVA, R.A.G. **Administração rural: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2009.

VARGAS, R. V. **Gerenciamento de projetos**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Brasport, 2009. 236p.

Autor(es)	Filiação institucional:	Modalidade
Mauro Augusto dos Santos; Renata Bernardes Faria Campos; Kênia Lima Dias	Universidade Vale do Rio Doce – Univale; Instituto Estadual de Florestas – IEF	Pôster
Iandria Souza de Oliveira; Victoria Rocha; Douglas Satler	UFVJM	Pôster
Clarissa Malard Sales; Guilherme Figueira Gomes Augusto; Victor Cordeiro da Silva; Ricardo Alexandrino Garcia	UFMG	Pôster
Larissa Giardini Simões; Gabriel Medeiros Abrahão	Cedeplar/UFMG; UFV	Pôster
Herica Damiana Campos de Paula	UFMT	Pôster
Jacqueline Jaceguai Chagas Nunes dos Santos; Carla Maria dos Santos Silva; Diana Cristina Enriquez Cueva; Douglas Henrique Santos da Silva; Jacia Kanarski Braz da Silva; Jhonatan Ferreira Alencar; Patricia Mendes Gomes; Richard Melo da Silva; Simony Silva Campello; Victoria Caroline de Sousa Alves; Kaio Gabriel Gameleira da Silva; Rafael Pompeu; Lais Rodrigues da Cunha	USP	Pôster
Sayonara Chagas da Silva Arrais; Bernat Vinolas Prat; Rosana Passos Cambraia	UFVJM	Pôster
Fabio Luis de Campos	UNICAMP	Pôster